



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE OUTUBRO DE 2012

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho**Secretários:** Ex.^{mos} Celmira Sacramento

Adilson Managem

Arlindo Barbosa

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Em interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) solicitou o porquê da supressão na ordem do dia do ponto sobre a eleição do vice-secretário da Mesa por parte do PCD, o que mereceu resposta da Mesa.

Antes da Ordem do Dia. – No quadro de abertura da 5.ª Sessão Legislativa, produziram declarações políticas os Srs. Deputados Xavier Mendes (PCD), Jorge Amado (MLSTP/PSD) e Levy Nazaré (ADI).

Na sua intervenção de abertura da 5.ª Sessão Legislativa, o Sr. Presidente fez o balanço das actividades da sessão anterior, antes de declarar aberta a 5.ª Sessão Legislativa.

Em relação à distribuição do tempo para intervenções sobre assuntos de interesse político relevante, usaram da palavra os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), Adelino Pires Neto (MDFM/PL) e Delfim Neves (PCD).

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Adelino Pires Neto (MDFM/PL) falou sobre a liberdade de expressão e teceu críticas ao Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Patrice Trovoada.

Também em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Elsa Pinto (MLSTP/PSD) lamentou a forma como tem sido feita a reforma estruturante no País, tendo o Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI) intervindo em resposta a esta, em defesa do Governo.

Ainda em assunto de interesse político relevante, a Sra. Deputada Edite Salvaterra (PCD) acusou o Sr. Primeiro-Ministro de estar a conduzir o País à ditadura e apelou a todos a uma reflexão sobre a questão.

O Sr. Deputado Delfim Neves (PCD), em assuntos de interesse relevante, falou da falta de

medicamentos e da situação da Saúde, da problemática dos navios taiwaneses acostados na nossa costa e do orçamento do cidadão.

Em assunto de interesse político relevante, O Sr. Deputado Américo Barros (MLSTP/PSD) mostrou-se indignado com a posição tomada pelo Sr. Primeiro-Ministro a seu respeito, enquanto Vice-Presidente do MLSTP/PSD.

O Sr. Deputado Roberto Lombá (ADI), também em assunto de interesse político relevante, afirmou não ser a ADI responsável pela situação do País e apelou aos Deputados que cresçam na forma de fazer política, tendo-se associado a ele quanto a isso o Sr. Deputado Albertino Bragança (PCD), que também apelou aos Deputados de todos os partidos a estarem atentos à evolução da situação política do País.

Ainda em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Cecílio Quaresma falou da necessidade de união de todos para a resolução do problema de vulnerabilidade do País a catástrofes naturais.

Por sua vez o Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD) disse ser com diálogo, entendimento, negociação e com concertação que se poderá levar avante o País, tendo também criticado o comportamento do Governo e dos Deputados do ADI.

O Sr. Alexandre Guadalupe (ADI), em assunto de interesse político relevante, falou dos navios taiwaneses, chamou atenção dos Deputados e do Governo para o perigo de desabamento do Mercado de Côco-côco, tendo sugerido uma visita *in loco*, e apelou a que esta Sessão Legislativa seja mais produtiva.

Por último, em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Alcino Pinto (MLSTP/PSD) criticou o Primeiro-Ministro e o Procurador-Geral da

República pela posição tomada em relação ao Vice-Presidente do MLSTP/PSD, Américo Barros.

Ordem do Dia. – O Plenário aprovou, na generalidade, especialidade e em votação final global, o projecto de resolução n.º 51/IX/2012 – Prorrogação

do período concedido pela resolução n.º 46/IX/2012, para o funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional.

O Sr. Presidente encerrou a sessão quando eram 13 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira Bonfim dos **Ramos**

Adilson Cabral **Managem**

Alexandre da Conceição **Guadalupe**

André Varela **Ramos**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**

Carlos Alberto Pires **Pinheiro**

Celmira de Almeida do **Sacramento**

Cecílio **Quaresma** da Graça Sacramento

Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa

Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**

Heliodoro **Quaresma**

Idalécio Augusto **Quaresma**

Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**

José Carlos Cabral

José da Graça **Diogo**

José António Sacramento **Miguel**

José Manuel Costa Alegre

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

Manuel da Graça José **Narciso**

Mário **Fernando**

Martinho da Trindade **Domingos**

Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes

Pedro Andrade Silva d' Almeida

Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Victor José Soares da **Costa**

Vitoriano Soares **Afonso**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD)

Alcino Martinho de Barros **Pinto**

Américo Cardoso Soares de **Barros**

António Afonso **Ramos**

António Neves Sacramento **Barros**

Arlindo **Barbosa** Semedo

António **Monteiro** Fernandes

Aurélio **Martins**

Carmelita Lima **Taveira**

Dionísio **Fernandes** Leopoldino

Domingos **Monteiro** Fernandes

Elsa Maria d' Alva Teixeira **Pinto**

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva

Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos

Gaudêncio Luís da **Costa**

Hélder **Costa**

Joaquim **Rafael** **Branco**

Jorge **Amado**

José da Graça **Viegas** Santiago

Manuel **Martins** Quaresma

Maria das Neves Ceita Batista de Sousa

Silvíia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**

Delfim Santiago das **Neves**

Edite **Salvaterra**

Filomena Maria dos **Prazeres**

Firmino João **Raposo**

Francisco Inácio da Silveira Rita
José Xavier Mendes

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Adelino Pires Neto

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, muito bom dia. Vamos conferir posse aos novos Deputados em movimento de substituição. Há vários pedidos dos diferentes grupos parlamentares, pelo que convido a Sra. Secretária da Mesa a proceder à leitura do acto de posse, mas antes queria completar a Mesa e para isso convido o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD a designa um substituto, parece que o Secretário normal foi substituído. Também ao Grupo Parlamentar da ADI peço que me forneça um Deputado, o Vice-Secretário, para ocupar a Mesa, assim como o Grupo Parlamentar do PCD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, relativamente a esta questão, gostaríamos de pedir algum esclarecimento à Mesa da Assembleia. Recebemos uma primeira convocatória que ia ao encontro da nossa solicitação, já foi discutida cá no Plenário e ficou um compromisso solene de sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia para que essa questão fosse agendada para a próxima sessão plenária, ou seja, hoje.

Dias depois recebemos uma outra convocatória retirando esta solicitação que era, nesse caso, eleição do vice-secretário da Mesa da Assembleia de direito que cabe ao nosso Grupo Parlamentar. Gostaria de saber quais foram as razões que levaram à supressão deste ponto na convocatória.

O Sr. **Presidente**: — É uma razão simples. De facto este assunto de substituição que o grupo parlamentar solicitou está nos assuntos pendentes. A razão da substituição da convocatória foi simplesmente porque na Conferência de Líder que tivemos ninguém me alertou que havia esse assunto pendente e não apresentei naquela Conferência. Só depois da Conferência, 24 ou 48 horas depois, quando dei instruções para distribuir a convocatória, é que os serviços me alertaram que havia esse expediente, aliás, com o meu despacho que dizia perfeitamente que o assunto deveria ser agendado para a próxima reunião, que seria esta. Como nem tinha apresentado o assunto à Conferência de Líderes, mandei novamente mantê-lo pendente até a próxima reunião. Foi simplesmente essa a razão, no sentido de cumprir aquilo que decidimos na Conferência de Líderes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Satisfaz-me efectivamente aquilo que foi o seu esclarecimento, mas seria mais fácil, no nosso entender, tendo em conta que temos dificuldade de completar a Mesa, como está visto, convocar de novo a Conferência para dar conhecimento.

Se não houvesse entendimento nessa matéria, tudo bem, porque houve dois casos que podemos considerar de desperdício de tempo e de meios. Já se tinha emitido uma convocatória, depois tinha-se que alterar, naturalmente alterar também o Diário da Assembleia, quando, em 30 minutos, se convocasse uma Conferência, resolveria a questão.

Não fazemos finca-pé sobre essa matéria e agradecemos sobre o esclarecemos.

O Sr. **Presidente**: — Quero dizer ao Sr. Deputado que fui alertado sobre isso no sábado, já a uma hora adiantada, e entendi não convocar novamente a Conferência de Líderes. Sinceramente foi simplesmente por essa razão.

Vamos então proceder à leitura do acto de posse.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Vou passar à leitura da acta de empossamento de novos Deputados a esta Casa Parlamentar.

«Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Aos 16 dias do mês de Outubro do ano 2012, compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Américo Cardoso Soares de Barros, Jorge Amado, Pedro Andrade Silva de Almeida, Victor José Soares da Costa e Vitoriano Soares Afonso, dos Círculos Eleitorais de Água Grande, Cantagalo e Região Autónoma do Príncipe, em substituição dos Srs. Deputados eleitos Manuel Marçal Lima, Adllander Costa de Matos, Carlos Correia, Domingos José da Trindade Boa Morte e Paulo Jorge de Carvalho, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, se lavrou o presente Termo de Posse que vai ser assinado por S. Exa. o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária Permanente da Mesa da Assembleia Nacional, que o lavrou».

O Sr. **Presidente**: — Verifica-se o quórum, há condições de trabalharmos, assim sendo, vamos iniciar o nosso trabalho.

Temos agendado, no período de antes da ordem do dia, tratando-se da sessão de abertura da 5.^a Sessão Legislativa, declarações políticas de um representante de cada grupo parlamentar, depois o Presidente da Assembleia, como é habitual, também fará um breve balanço sobre o que foi a sessão anterior e também há lugar ao tratamento, pelos Deputados, de assuntos de interesse político relevante. Para isso, a Mesa já tem as listas de Deputados interessados. Inscreveram-se Deputados de todos os grupos parlamentares, inclusive o único Deputado do MDFM/PL. Teremos que acertar o problema do tempo, porque neste período, segundo o nosso Regimento, há 60 minutos, havendo declarações políticas, esse tempo pode prolongar-se por mais meia hora.

Por isso, convido os representantes dos grupos parlamentares que queiram fazer o uso da palavra, iniciando pelo Grupo Parlamentar do PCD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: Permitam-me que vos saúde na sessão alusiva ao início da 5.^a Sessão Legislativa da presente Legislatura, oportunidade que aproveito para encorajar a todos a um desempenho parlamentar eloquente, digno e à altura das expectativas de quem tão nobremente nos confiou o seu voto.

Esta sessão legislativa decorre num ambiente internacional marcado por uma profunda crise financeira que tem abalado as economias da grande maioria dos países desenvolvidos, dentre os quais os nossos mais importantes parceiros de desenvolvimento.

O sobre endividamento de alguns desses países, a conseqüente adopção de políticas de austeridade e de ajustamento tendentes a restabelecer o equilíbrio das finanças públicas, a diminuição da procura e do consumo daí decorrentes têm contribuído para desacelerar o crescimento da economia mundial, determinando a fraca disponibilidade financeira para custear programas de desenvolvimento dos países menos avançados.

Enquanto isso, a nível interno, temos vindo a assistir a autênticos atentados à nossa vivência democrática protagonizados pelo Governo do Sr. Patrice Trovoada, onde a perseguição política, o uso aos ataques à liberdade de expressão e de associação consagrados na nossa Constituição, a instauração da política do medo e da intimidação, aliados a um impressionante agravamento das condições de vida das populações, apostam em querer ocupar lugar destacado neste belo país que é São Tomé e Príncipe.

O PCD, amante da liberdade, foi o líder do processo de implantação do Estado de direito democrático, combateu naquela época históricas tais práticas ditatoriais e despóticas, pelo que jamais tolerará qualquer tentativa de inversão dessas conquistas inalienáveis do povo são-tomense.

A tal propósito, temos que recordar ao Sr. Primeiro-Ministro Patrice Trovoada que estamos na República Democrática de São Tomé e Príncipe, onde o direito de oposição política não é uma peça meramente decorativa, mas antes um precioso instrumento na procura das melhores soluções para o desenvolvimento do nosso país, tal como o consagrado na nossa Constituição.

Se o Sr. Primeiro-Ministro Patrice Trovoada tem convivências e amizades onde tais práticas são reinantes, sob a capa cínica da democracia, o PCD convida-o a arrepiar caminho, pois o povo são-tomense e o PCD não tolerarão – voltamos a afirmá-lo –, qualquer tentativa para a inversão dos nossos valores democráticos que tantos sacrifícios custaram ao nosso povo.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O PCD prima a sua conduta pela estabilidade política e pelo princípio democrático mais elementar de que quem ganha governa, mas repudiamos veementemente que quem ganha e governa não cumpra o primado da liberdade da democracia e das leis da República.

Daí que consideramos absolutamente intolerável o estilo de governação que o Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, pretende impor neste país como se os são-tomenses que durante toda a sua história se levantaram contra as arbitrariedades e as injustiças, se tivessem transformado, de súbito, em cidadãos mentecaptos, desmiolados e incapazes.

Sr. Presidente, todos sabemos que qualquer barco que entre num porto tem que estar em situação legal, tal como acontece com os navios ora acostados nas nossas águas territoriais. Mas não é isso que está em causa. O que os são-tomenses querem efectivamente saber é qual o negócio que o Estado assumiu com esses barcos e quais as contrapartidas financeiras para o nosso país capazes de contribuir na resolução dos múltiplos e graves problemas que afligem a população.

Como podemos compreender um governante que está há mais de 2 anos no Governo e não presta contas ao povo que o elegeu?

Como podemos entender um governante que não se submete ao princípio da solidariedade entre dois órgãos de soberania institucional, chegando ao ponto de se questionar se existem dois países, um do Sr. Patrice Trovoada e outro dos são-tomenses?

Como entender que todos os negócios até então trazidos ao País pelo actual Primeiro-Ministro estejam sob suspeita de ilegalidade e de conflituosidade com as leis do País?

Basta, Sr. Primeiro-Ministro!

O povo está cansado de tantos atropelos!

Sr. Presidente, Caras e Caros Srs. Deputados, pela primeira vez, desde o início da governação do ADI, o Primeiro-Ministro ficou tanto tempo em terra firme, não para trabalhar, mas sim para realizar passeatas, espalhar a demagogia e enganar mais uma vez o martirizado povo de São Tomé e Príncipe.

O Sr. Primeiro-Ministro cansou-se de aviões e agora é a vez de passear de automóvel, com algumas saídas nocturnas para o mar.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O orçamento do cidadão, agora inventado por Patrice Trovoada, é o truque escolhido para o efeito.

Pergunta-se, só agora? Passados dois anos de governação do ADI, o Sr. Primeiro-Ministro está preocupado e interessado em conhecer a realidade e as prioridades do País?

Quais são efectivamente as razões de realização dessas reuniões com as Câmaras Distritais, quando estas já enviaram para o Governo o orçamento para 2013, em tempo oportuno e determinado pelo Ministério de Finanças?

Há quanto tempo vêm reclamando as Câmaras Distritais não afectas ao Governo do ADI, da crónica falta de transferência de verbas por parte do Governo, tanto para o financiamento das actividades correntes como para o investimento, no sentido da melhoria da qualidade de vida das populações.

Essas sessões havidas entre a Câmaras e o Governo, que tivemos oportunidade de escutar numa comunicação social completamente sufocada pela omnipresença do Primeiro-Ministro e sem a participação dos Deputados da oposição, constituem apenas uma forma disfarçada de pressionar a Assembleia Nacional aquando da aprovação do Orçamento Geral do Estado, dando a entender às Sras. e Srs. Deputados que se trata de um orçamento já aprovado pelo povo e que não pode ser, por isso, chumbado.

Risos.

Que esperteza!

No entender do PCD, o orçamento do cidadão não é mais do que uma invenção do Sr. Primeiro-Ministro para gastar o dinheiro dos contribuintes, pois cada passeata tem elevados custos com almoços, lanches, combustíveis, etc., etc. O dinheiro gasto poderia custear projectos mais benéficos para as populações.

Neste contexto, o PCD gostaria de lembrar ao Sr. Primeiro-Ministro e ao ADI que é esta augusta Assembleia o palco por excelência para discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2013.

Sr. Presidente, permita-me que falemos um pouco desta Casa Parlamentar e desta augusta e nobre Assembleia. Com as suas célebres decisões, estou a referir-me, dentre outras, aos seus despachos sobre a problemática à volta do ex-Deputado Sebastião Pinheiro e o que recaiu sobre a moção de censura do Governo com tais decisões, o senhor quase que transformou esta nobre Assembleia num departamento do ADI, detentor de uma maioria relativa. Volto a frisar, de uma maioria relativa.

O Sr. Presidente subverteu e auto-apoderou-se dos poderes que não lhe estão consignados na lei e o PCD gostaria de lembrar-lhe que o senhor é o representante de um órgão colegial e o representante de todos os Deputados e os seus actos têm que responder a essa emanção.

Sr. Presidente, por isso, o seu mandato não tem conseguido imprimir vida dinâmica aos trabalhos desta Assembleia, ela está enalhada como alguns barcos que tiram a beleza da nossa baía de Ana Chaves.

Reconheçamos este facto, a Assembleia está amorfa, está doente. Ela precisa vitaminar-se, pois o povo que nos elegeu espera muito, muito mais de nós.

Na última Sessão, tanto no meu discurso de abertura como no de Vossa Excelência, fomos unânimes na necessidade de revisão de algumas leis, mormente a Lei Eleitoral, a Lei da Imprensa, do Regimento da própria Assembleia Nacional e da substituição de alguns representantes desta Assembleia, de alguns órgãos e o resultado dessas acções foram completamente nulas.

É certo que esta Sessão que hoje tem o seu início vai ser marcada pela discussão do Orçamento Geral do Estado para o ano 2013, instrumento fundamental e vital para a governação, pois é neste instrumento que vamos rever as políticas do Governo para satisfação dos enormes problemas que afectam o nosso povo. Daí que os trabalhos desta Sessão não se podem esgotar somente no tratamento desse instrumento para a governação, devendo centrar-se igualmente a nossa atenção em reforma parlamentar iniciada na legislativa anterior, de que aspectos acima citados constituem o cerne do que consideramos inadiáveis e urgente realizar.

Para o cabal deste empreendimento, o PCD sugere ao Sr. Presidente que não entre no jogo da subalternização, da banalização, da descaracterização e da descaracterização desta Casa Parlamentar, pois

ninguém fica a ganhar já que é nesta Casa que se faz a verdadeira política para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já passa...

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — É só uma folha Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o PCD introduziu uma proposta de revisão constitucional não somente pelo facto de a actual Constituição o permitir, mas sobretudo como fruto de uma profunda reflexão sobre a nossa sociedade e o nosso sistema político, onde imperam imprecisões e inúmeras zonas de penumbra potenciadoras de conflitos institucionais.

Esperemos que consigamos, nesta Sessão, dar início aos trabalhos da revisão constitucional de uma forma participativa e envolvendo toda a sociedade são-tomense.

Termino com o desejo e com quase a certeza de que saberemos todos honrar a confiança que as cidadãs e cidadãos deste país depositaram em nós e que juntos, independentemente das nossas convicções partidárias, constituiremos umas das barreiras mais intransponíveis na luta pela defesa da nossa democracia e dessas ilhas maravilhosas que são São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente**: — Agora convido o representante do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD a usar da palavra. Chamo atenção que as declarações políticas têm o tempo previsto de 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Excelência, Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Caras e Caros Deputados, permita-me na abertura desta 5.^a Sessão da IV Legislatura...

Uma voz: — É a IX Legislatura.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Está escrito IV, portanto há um erro aqui.

Dizer que gostaria, muito sinceramente, de manifestar a minha satisfação de retomar aqui nesta Assembleia Nacional a minha função como Deputado.

Quero aproveitar esta ocasião para desejar a todas as Sras. e Srs. Deputados e a Vossa Excelência, Sr. Presidente da Assembleia, muita saúde, que o desempenho desta função que o povo nos concedeu possa ser feita com transparência, dedicação e humildade.

Quero igualmente desejar ao Sr. Ministro da Justiça muito sucesso na função que desempenha.

Sr. Presidente da Assembleia, o MLSTP/PSD realizou, no mês de Junho deste ano, um congresso que elegeu uma nova direcção do partido. Nesta ocasião, tivemos a oportunidade de dizer que o MLSTP/PSD é um partido aberto ao diálogo, disponível em fazer uma oposição construtiva e organizada.

E como tal, tomamos a iniciativa de ir aos partidos políticos com assento parlamentar, a todos os órgãos de soberania e manifestamos o nosso interesse em manter o diálogo, porque reconhecemos que na resolução do problema de São Tomé e Príncipe temos que estar todos juntos, unidos e coesos para que a governação se faça de melhor maneira e que povo de São Tomé e Príncipe possa realmente conhecer dias melhores.

Tivemos boas recessões, quer do partido PCD e do ADI e pensamos que realmente abrimos uma nova etapa de entendimento entre as forças políticas, para resolução dos problemas do País.

No encontro tido com a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, infelizmente quero confessar-vos, caros Deputados do ADI, que ficámos completamente decepcionados. Poderemos dizer que aquilo que foi o encontro com o partido ADI ficou completamente diluído.

O Sr. Primeiro-Ministro, no encontro, ao em vez de nos falar dos problemas que enfermam o País, começou por fazer ameaças veladas ao nosso Vice-Presidente do partido, Dr. Américo Barros. Achamos que não foi a razão que nos levou ao encontro com o Sr. Primeiro-Ministro, facto que ignoramos simplesmente aquela reacção.

Nós, o MLSTP/PSD, temos a consciência que o País vai mal, mas que a conjuntura económica mundial também vai mal, que a crise internacional exige de nós um esforço desdobrado para que realmente, com aquilo que se é dado faça o melhor possível para o crescimento e engrandecimento do nosso país.

Infelizmente, Sr. Presidente, demos conta que ao em vez de pensarmos no País, o Governo minoritário, um Governo inconstitucional, um Governo que podemos dizer que nasceu como um nado morto, foi pela via de ilegalidade e corrupção, empossado e nunca devia ter existido. Onde pode-se ver um Governo sem sustentabilidade parlamentar, um Governo minoritário, a tomar conta do País, quando na democracia a maioria é que manda.

Nós, o MLSTP/PSD, entendemos que havia necessidade de criar condições de estabilidade para que o País pudesse movimentar. Decidimos deixar que as coisas se passassem. Mas fomos dando conta, que na

realidade este Governo que não tem capacidade de negociar, não tem a capacidade de sentir a sensibilidade do que é o verdadeiro sofrimento do povo de São Tomé e Príncipe.

Vem transformando em um monstro, que não consegue entender que o povo de São Tomé e Príncipe está cansado de viver sobre constante promessa. Nós o MLSTP/PSD, gostaríamos de dizer que a nossa função, como deputado da Nação é de fiscalizar o funcionamento do Governo, proporcionar através de diálogo e da nossa colaboração, que para que na realidade, este país possa conhecer dias melhores.

Mas não podemos de continuar a assistir, o desmando que se vem verificando nesse país, a constante acção de corrupção por parte do Governo, negócios escuros, porque a negociação tem que ser feita a luz do dia.

Queremos dizer que, o Primeiro-Ministro, durante toda a sua governação, mais não tem feito do que gastar dinheiro do Estado., empobrecendo o povo de São Tomé e Príncipe. Deixando o País de rasto e não sabemos quem poderá salvar o País, se não dissermos agora, que temos que inverter a situação.

O MLSTP/PSD, quer e continua a dizer, que está aberto, está disponível a dar toda a sua colaboração para que o País, saía definitivamente desta situação. Mas nós queremos que haja transparência na gestão de coisas sociais, na gestão de coisas pública.

Neste sentido, o MLSTP/PSD, tem vindo a alertar de algumas anomalias que tem existido neste país. Entre elas, o nosso último comunicado, falávamos da existências nas nossas águas marítimas, de navios cujo objectivo desconhecemos, cujo os órgão de soberania nacional desconhece a causa do navio.

E nós como o partido da oposição, num sistema democrático temos o direito de ser informado, porque estamos aqui para representar o interesse do povo e o povo quer saber.

O povo quer saber, o que se tem feito, que tipo de transacção tem feito estes navios nas nossas águas. O povo quer saber qual é o contrato que existe entre o Governo, de São Tomé e Príncipe e a empresa que opera com esses navios nas nossas águas. O povo quer saber qual é contrapartida de São Tomé e Príncipe com relação com esses navios que se encontram...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já passam 10 minutos, faça favor adiantar.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — ... nas nossas águas nacionais. Continuamos a dizer que existem coisas obscuras, que precisamos de encontrar o entendimento.

Para além dessa questão, gostaríamos também que a Assembleia Nacional pudesse exibir, a solicitação feita ao Sr. Primeiro-ministro, no sentido de apresentar os documentos legais com relação a privatização da nossa Doca ou Lota Pesca.

Nós, Sr. Presidente da Assembleia, gostaríamos igualmente que fosse-nos informado, qual é o real gasto, com as viagens feita pelo Sr. Primeiro-Ministro com avião fretado. Sabemos que, e percebemos que o povo de São Tomé e Príncipe tem vindo a ser roubado, já não falamos de corrupção, vamos falar claramente de roubo.

Como pode-se entender que um bloco de petróleo na Zona de Exploração Exclusiva de São Tomé e Príncipe possa ser comercializado a 2 milhões de dólares, quando muito desses blocos da Zona de Exploração Conjunta, o valor mínimo que se pagou por ele foi cerca de 30 milhões de dólares.

Como não se sentir desconfiado de haver alguma falcatrua nesse assunto, quando o Primeiro-Ministro, Chefe do Governo em 2004, foi expulso da sala da reunião do Conselho de Ministro Conjunto, por apresentar propostas fraudulenta, que de leva a subtrair consideravelmente o dinheiro pertencente a esse povo.

Como podemos nos manter tranquilo, com a circulação desse navio que nada conhecemos, quando temos provas, quando paira a quatro vento, de que o actual chefe do Governo há tempos atrás, já havia sido aliciado por negócios, envolvendo a droga e outras coisas ilícitas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já tem 4 minutos a mais.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Como podemos conviver com uma situação no País, em que as pessoas não têm poder de expressão, porque...

Murmúrios do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de terminar a sua intervenção, Sr. Deputado.

Protesto do Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado, contenha-se. «Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele». Queremos falar de coisas concretas aqui e para o qual solicitamos que seja agendado um debate parlamentar, para podermos colocar as coisas com maior tranquilidade e obtermos respostas devidas daquilo que o povo quer saber.

Nós queremos deixar claro aqui que as perseguições que têm sido feitas aos nossos quadros nacionais, os quadros dos partidos da oposição, tentando silenciar as pessoas.

Protestos do Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado tem problema de coração, contenha-se.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Cuidado com a falsidade.

Risos.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Queremos saber porque é que há cerca de 1 semana...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Amado, termine a sua intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Srs. Deputados, conttenham-se.

Há cerca de 1 semana 22 directores da Função Pública haviam sido exonerados pelo Sr. Primeiro-Ministro e muitos outros têm sido exonerados, pelo facto de que temos vindo a notar que qualquer director, ao tomar a palavra na comunicação social, nada mais tem a fazer senão falar a voz do Primeiro-Ministro.

O Vice-Presidente do MLSTP/PSD foi exonerado, o Vice-Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD foi exonerado. Inúmeros directores membros dos partidos políticos da oposição estão a ser exonerados.

Sr. Presidente, nós do MLSTP/PSD queremos dizer que não vamos continuar a conviver com esta situação. Queremos deixar claro aqui que o MLSTP/PSD, apesar de querer que haja neste país um clima de entendimento, factos já anunciados pela Sua Excelência o Sr. Presidente da República, que é necessário haver o entendimento entre as forças, para que realmente possa haver estabilidade nesse país.

O MLSTP/PSD quer estabilidade, mas com transparência; estabilidade que na realidade possa reflectir aquilo que é o contraditório político em São Tomé e Príncipe.

Quero agradecer pela vossa atenção, peço desculpa pelas interrupções provocada pelo vosso grupo parlamentar que agia com ânimos, em vez de agir com a cabeça.

Esperemos que brevemente possamos aqui produzir um debate que na realidade possa proporcionar-nos falar sobre todos os problemas que enfermam a Nação, sem que tenhamos que ser interrompidos.

Aplausos do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — De seguida, passo a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do ADI, para proferir a sua declaração política.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados: Em nome do meu Grupo Parlamentar, gostaria de saudar todos os Deputados, na esperança de que estas férias parlamentares tenham servido também para uma reflexão profunda sobre a nossa actuação, enquanto representantes do povo nesta Casa parlamentar, os contributos que vimos dando para o desenvolvimento do nosso país e o que devemos mudar para melhor, de modo que juntos, independentemente da nossa posição político-partidária, possamos trilhar os caminhos almejados por todo povo há muitos anos a essa parte.

Pensamos pois, como já foi aqui dito, que se este órgão de soberania encontra-se subalternizado, não é por culpa do outro, mas sim por nossa própria culpa. Daí que, mais uma vez, o nosso Grupo Parlamentar faz um veemente apelo aos outros para que, mesmo nas divergências de opiniões, mesmo no contraditório, possamos fazê-lo com sentido de responsabilidade e com a elevação necessária e exigível a um órgão de soberania, de forma a darmos corpo, sentido e vida ao juramento que fizemos no dia do empossamento, pois só assim podemos, paulatinamente, mudar a opinião que têm os nossos representados sobre os Deputados e assim colocar a Casa Parlamentar onde ela deve estar, como projecta o artigo 68.º e seguintes da Constituição.

Não podemos deixar de abordar, mais uma vez, o quão importante é a reforma parlamentar, consubstanciando-se numa reflexão profunda sobre todo o sistema, como por exemplo o próprio Regimento da Assembleia Nacional, o número de deputados, a deputação a tempo inteiro e a forma de eleição.

Daí que, da mesma forma que se verifica uma pró actividade em relação à revisão constitucional, enfatizando os poderes dos órgãos de soberania e a correlação entre os mesmos, devia-se também tocar no sistema como um todo, trazendo à colação a alteração da Lei Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos, a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos, dentre outras que completam o *puzzle* e não nos circunscrevermos apenas aos remendos constitucionais que a própria história recente nos desaconselha.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros Deputados, o Grupo Parlamentar do ADI não pode deixar de lamentar os últimos *ferdivers* políticos que põem em causa o esforço empreendido – e é bom que se diga – por sucessivos governos e por todos os são-tomenses, quer no sector público como no privado, de forma a debelar os mais gritantes problemas estruturais que o País vive desde a nossa independência, acções estas que, com o propósito cego e cavernoso de querer atingir uma pessoa, mancha e de que maneira o bom nome de um país, de um povo e de uma nação.

Sabemos o que é ser oposição, porque já estivemos daquele lado, e por muito tempo, mas fizemo-lo com sentido de responsabilidade que a missão exige e que o povo esperava de nós.

Por isso é que, mais uma vez, gostaríamos de dizer que a oposição significa, sim, fiscalizar a acção do Governo, ajudando-o a governar através da abordagem crítica dos factos; apontando equívocos, incongruências, erros e omissões e, acima de tudo, apresentando sempre propostas alternativas às acções do Governo, consubstanciando-se num projecto de governo alternativo a ser apresentado ao eleitor nas eleições subsequentes.

Parafraseando Sua Excelência o Sr. Presidente da República, no discurso do primeiro aniversário da tomada de posse, que passo a citar: «no jogo da vida democrática, o Governo deve governar com responsabilidade e sentido de Estado, cabendo à oposição sê-lo de forma séria, construtiva e estruturada de modo a poder afirmar-se como alternativa credível à governação», fim de citação. Por isso, pensamos que a fúria e a ânsia de poder de pessoas que já lá estiveram e só saíram por culpa própria, porque o resultado foi visivelmente negativo e a avaliação foi feita pelo detentor do poder que é próprio povo, que os sancionou nas urnas, pessoas estas que sobejamente foram e continuam a ser as mais privilegiadas deste país, não podem pôr em causa a decisão soberana do povo de os colocar como oposição. Por isso, é nosso entender que estes partidos devem demonstrar ao povo – através de comportamentos, actos, acções, propostas concretas de governação, propostas de soluções económicas e financeiras, como as fiscais, para contornar a crise mundial que, inevitavelmente, afecta o nosso país – que estão prontos para voltarem ao poder e desta vez comportarem-se de forma diferente.

É necessário que o povo veja se o MLSTP/PSD e o PCD, com estes líderes que têm hoje e com o comportamento que vêm tendo, são alternativas ao ADI.

Aplausos do ADI.

É bom lembrar que o povo de hoje não é mais o povo de ontem.

Aplausos do ADI.

O povo são-tomense vem demonstrando que já sabe o que quer e deixando claro também que sabe bem o que não quer.

Se me permitem alguns exemplos, o povo quer paz, serenidade e tranquilidade no seu próprio país e no mundo; o povo quer ver melhorada, paulatinamente, as suas condições de vida; o povo quer estudar mais, quer aprender mais; o povo quer dirigentes honestos, leais, competentes que no seu dia-a-dia estão preocupados em resolver os problemas do País e das populações.

Aplausos do ADI.

Pois, o povo não quer guerra, confusão, conflito. O povo não quer continuar eternamente pobre e pedinte. O povo não quer continuar na ignorância, mas sim quer ter conhecimento e quer ter emprego para viver condignamente.

O povo já não quer ter dirigentes desonestos, desleais, corruptos que só pensam em si e nos seus familiares e nos pequenos grupinhos de amigos.

Aplausos do ADI.

Por tudo isso é que dizemos que o povo mudou e quem não quer ver, quem não quer perceber que os bons ventos estão a passar por nós, quem não quer ver o futuro, o desenvolvimento, o bem-estar, quem não tem a capacidade de entender e de compreender que o tempo que passou não volta mais, então vai ficar para trás. É o mesmo que dizer «*adêua Congo ê*».

Aplausos do ADI.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros Deputados, nós, o Grupo Parlamentar do ADI, mais uma vez, manifestamos aqui e solenemente a nossa disponibilidade e a nossa total abertura para discutir e trabalhar com todos nos assuntos de interesse relevante para o País, assuntos estes que vêm ajudar a melhorar as condições de vida da população, criar um clima de confiança interna entre todas as forças vivas da Nação e de confiança para todos que queiram investir em São Tomé e Príncipe, mas não contem connosco para os assuntos de índole pessoal, assuntos que não dignificam o bom nome do País e de nosso povo.

Tendo sido manifestado pelos candidatos, nas últimas eleições, o apelo à estabilidade como uma das premissas fundamentais para garantir o desenvolvimento do País e hoje mais do que nunca é o sentimento manifestado pelo povo em diversas ocasiões, permitem-nos recordar, mais uma vez, um trecho do discurso de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, na tomada de posse, em que dizia: «Entendo que se

deve respeitar as regras constitucionais e dar ao Governo a possibilidade de realizar, livre e responsabilmente, o programa sufragado nas eleições».

O Sr. **Presidente**: — Já passou o seu tempo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Para terminar, como não poderia deixar de ser, encorajamos o Governo e o seu chefe para não se deixarem distrair com os malabarismos da oposição e que continuem firmes, trabalhando em nome do desenvolvimento do nosso país e nas melhorias das condições de vida da população, tais como: levar água e energia a todas as comunidades que delas necessitam; continuar a apoiar os agricultores, os horticultores, os criadores de animais e os pescadores que necessitam de apoio; continuar a melhorar as nossas estradas e vias de acesso; continuar a apoiar os jovens com a política de micro créditos, incentivando o empreendedorismo e criação de postos de emprego; buscar sempre capital privado estrangeiro para investir no nosso país, criando mais postos de emprego, bem como diversificando e relançando a nossa economia; apoiar sempre o empresariado nacional, permitindo maior competitividade; tomar medidas urgentes de modo a mitigar o impacto da crise económico financeira internacional no mercado interno; continuar com as reformas estruturantes da nossa administração, tornando-a menos pesada, mais eficaz e eficiente de modo a aproximar mais os cidadãos do Estado, reforçando o espírito patriótico, dentre outras acções.

O Sr. **Presidente**: — Termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Para terminar, reconhecendo que estes 2 anos do Governo foi em situações extremamente difíceis, com os países que nos apoiam a aplicar medidas de contenção e de austeridade duras como diminuindo salários, cortando subsídios e outras regalias, aumentando impostos e taxas, medidas estas que devem servir como reconhecimento, esforço, trabalho e dedicação deste Governo do ADI, aplicando bem as ajudas desses países, levando-as às pessoas que realmente precisam. É neste contexto extremamente difícil que as instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o FMI vem dando notas positivas a este Governo liderado pelo Dr. Patrice Trovoada.

Aplausos do ADI.

É desta forma de auguramos dias melhores para esta Casa Parlamentar e para todo país.
Que Deus abençoe todos nós, que Deus abençoe São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de perguntar se será depois de si ou é agora que tenho direito a fazer uso do direito de resposta.

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Neste período não há.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não, porque foi mencionado o meu nome pelas pessoas que cá estão presentes e, portanto, acho que tenho direito de resposta. Mas falarei depois sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Justiça, as minhas saudações patrióticas.

Excelências, neste acto de abertura da nova sessão legislativa, a 5.^a da presente Legislatura, apraz-me fazer um balanço breve sobre os factos políticos e administrativos ocorridos na Assembleia Nacional durante a sessão anterior, incluindo o tempo das últimas férias parlamentares.

O relatório elaborado pelos Serviços de Apoio Parlamentar e Documentação, ao abrigo do preceituado nos artigos 272.^o e 273.^o do Regimento, refere o seguinte: A Assembleia Nacional manteve a composição e estrutura integrada por três grupos parlamentares, com 26 Deputados do Partido ADI, 21 Deputados do MLSTP/PSD e sete Deputados do PCD, mais um Deputado do MDFM/PL, totalizando 55 Deputados sufragados nas eleições de 10 de Agosto de 2010.

Tanto a Mesa e a Comissão Permanente da Assembleia Nacional, como as cinco Comissões Especializadas Permanentes e o Conselho de Administração, funcionaram normalmente, sem quaisquer alterações dignas de registo.

Nesse período, verificou-se 38 substituições e idêntico número de reintegrações dos Deputados, sendo 13 no Grupo Parlamentar do ADI, 16 do MLSTP/PSD e sete do PCD. O Deputado único do MDFM/PL foi substituído duas vezes. Pelos movimentos dessas substituições, assumiram as funções de Deputados 22 candidatos não eleitos, oriundos das respectivas listas partidárias.

No capítulo das iniciativas legislativas, registou-se a entrada de quatro projectos e uma proposta de lei, assim como 16 projectos e uma proposta de resolução.

Foram aprovados dois projectos e seis propostas de lei, 16 projectos e sete propostas de resolução, transitando cumulativamente quatro projectos e nove propostas de lei para a Sessão Legislativa que ora se inicia. No concreto, quanto às actividades parlamentares, verificou-se cinco reuniões do Plenário e seis reuniões da Conferência de Líderes.

As Comissões Especializadas Permanentes encarregues pela apreciação, estudo, audição parlamentar e apresentação de pareceres, realizaram no período: a 1.ª, 17 reuniões de trabalho; a 2.ª, 11 reuniões; a 3.ª, uma reunião; a 4.ª, nove reuniões, e a 5.ª Comissão, sete reuniões.

O Conselho de Administração, no seu papel de consultor e gestor dos recursos da Assembleia, realizou 13 reuniões de trabalho.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a venda de chapas de zinco importadas com o fundo do Japão, ainda no prolongamento do seu mandato, reuniu quatro vezes no mês de Maio. Continua a não serem registadas as actividades dos Grupos Parlamentares.

No capítulo de orientação e fiscalização política, foram registadas seis petições, duas de carácter individual e quatro de grupos e entidades colectivas. Não se verificou qualquer acto de interpelação ao Governo. Lamentavelmente, o debate que havia sido agendado com o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo não se efectuou, por falta de acordo a respeito do tempo previsto, revisto e distribuído para as intervenções.

No âmbito das relações internacionais, foram mantidas as tradicionais ligações com a União Inter-Parlamentar, UIP, a União Parlamentar Africana, UPA, e com a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, CPLP, através dos respectivos grupos nacionais.

Neste quadro, verificou-se a participação de uma delegação da Assembleia Nacional composta pelos Srs. Deputados Albertino Bragança e Celmira Sacramento, acompanhada do Técnico Parlamentar, o Sr. Nelson Lombá, nas reuniões dos Presidentes dos Grupos Nacionais e preparatória da IV Assembleia Parlamentar da CPLP que teve lugar entre os dias 8 e 9 de Maio, em Lisboa, e a deslocação das Sras. Deputadas Maria das Neves e Domitília Portulêz Trovoada da Costa, em representação da Assembleia Nacional junto da missão de observação da CPLP às eleições gerais realizadas na República de Angola, em Agosto do corrente ano.

Também no âmbito das relações bilaterais, a Assembleia Nacional respondeu a alguns convites recebidos na ocasião, promovendo a deslocação do Sr. Deputado Joaquim Rafael Branco aos Estados Unidos da América, onde participou na Conferência do Centro Africano de Estudos Estratégicos, ACSS, entre os dias 17 e 29 de Junho, e a do Sr. Deputado José Manuel Macumbo Costa Alegre a Correia do Sul, para participar na IX Assembleia Geral do Parlamento e Coligação Internacional para os Direitos Humanos e Refugiados, entre os dias 21 e 23 de Junho.

Finalmente, destaca-se a recente visita de amizade à República da China (Taiwan) efectuada entre os dias 16 e 19 de Setembro último por uma importante delegação chefiada pelo Presidente da Assembleia Nacional e integrada pelos três Líderes Parlamentares.

O relatório dá conta de outros eventos realizados no Palácio dos Congressos, sob a égide da Assembleia Nacional, como: o Seminário sobre a Tramitação e Gestão do Processo Legislativo na Perspectiva de Boas Práticas, que decorreu entre os dias 2 e 5 de Julho, inserido no programa de cooperação com a Assembleia da República de Portugal; o VII Encontro de Quadros de Informática dos Parlamentos da CPLP, que decorreu entre os dias 21 e 24 de Maio, e ainda muito recentemente, a Reunião da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos da CPLP, realizada entre os dias 24 e 26 do passado mês de Setembro.

Caras e caros Deputados, relativamente ao balanço que acabo de apresentar, considero que os resultados do nosso labor na pretérita sessão legislativa foram pouco eficazes. Eu esperava por um maior empenho e produtividade, tendo em conta as preocupações e sucessivas exigências de promoção das ingentes reformas das legislações eleitorais e parlamentares, particularmente a adequação dos nossos próprios Estatutos e Regimento, cujas lacunas e omissões nos têm causado enormes embaraços.

Estou convicto que quanto maior forem as Comissões em número de membros integrantes, menor eficácia terão no seu funcionamento. Tal como nas sucessivas sessões desta Legislatura e de outras anteriores, persistem as dificuldades de se reunir o quórum necessário. Com a excepção das maciças presenças e participações nas reuniões do Plenário, continua-se a verificar pouca adesão dos Deputados, com a devida dinâmica e responsabilidade, nas actividades da Assembleia Nacional.

Faço votos que nos próximos tempos dediquemos maior e melhor atenção e esforço aos trabalhos da Assembleia Nacional, em prol do desenvolvimento do nosso país.

Declaro assim aberta a 5.ª Sessão Legislativa da IX Legislatura.

Aplausos gerais.

Estava a comentar que fiz a minha declaração em 10 minutos, fui cronometrado e espero que os representantes dos grupos parlamentares comecem a treinar para cumprirem o tempo previsto no Regimento.

Vozes: — Todos!

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Dando continuidade aos nossos trabalhos, passemos agora ao tratamento pelos Deputados de assuntos de interesse político relevante.

Como disse inicialmente, temos grandes listas de interesse por intervenção. Ao nível do ADI temos 19 pretendentes, ao nível do MLSTP/PSD...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — 42!

O Sr. **Presidente:** — ... 12 inscritos e do Grupo Parlamentar do PCD temos o número igual dos Deputados presentes, sete e o único Deputado do MDFM/PL também pretende usar da palavra neste ponto da nossa agenda.

Gostaria que ajudassem a Mesa, queria chamar a atenção que o Regimento prevê as inscrições para tratamento desses assuntos e elas são para várias reuniões da sessão.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Devia ser alterada.

O Sr. **Presidente:** — O que está no nosso Regimento é que essa inscrição deve ir-se despachando no decurso de todas as reuniões da Sessão, não é só numa reunião.

Portanto, gostaria que os grupos parlamentares me ajudassem a resolver este problema. Para hoje vamos priorizar alguns?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, parece que devíamos fazer uma distribuição por tempo para cada um dos grupos parlamentares eventualmente...

Murmúrios.

Pode ser uma alternativa.

Pausa.

O Sr. **Presidente:** — Diz o Sr. Secretário da Mesa que até agora já despendemos 50 minutos, incluindo a mensagem do Presidente, e restam-nos 10. Podemos associar mais 30 minutos que o Regimento permite e, portanto, teríamos mais 40 minutos.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queremos entender que a interpretação que faz relativamente à apresentação prévia das listas que seja entendido que hoje todos os Deputados inscritos poderão não intervir. Pela sua interpretação esta lista perdurará durante toda a Sessão, mas pode dar-se o caso de esgotarmos o número de inscritos, por exemplo, hoje e na próxima sessão reintroduzirmos novos nomes.

O que quero dizer é que esta inscrição pode ser depois...

O Sr. **Presidente:** — Alterada.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não diria alterada, mas sim acrescentada.

O Sr. **Presidente:** — Portanto, para hoje temos 40 minutos e vamos distribuí-los para cada grupo parlamentar, proporcionalmente. De acordo com a constituição da Assembleia, o ADI tem 42%, o MLSTP/PSD 38%, o PCD tem 13% e MDFM/PL tem 2%.

Pausa.

Nas nossas contas aqui na Mesa os 40 minutos seriam: 17 para o ADI, 15 para o MLSTP/PSD, cinco para o PCD, restando para o Deputado único 3 minutos. Se os grupos assim concordarem, podemos avançar? Há outra alternativa?

Bom, vamos avançar?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Sendo assim, vamos começar com o Sr. Deputado do MDFM/PL, que tem 3 minutos de direito para intervir.

Estamos de acordo?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pires Neto. Tem 3 minutos para falar de assuntos políticos relevantes.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, estou a pedir um esclarecimento e gostaria de ouvir da Mesa. Eu já tenho os meus três minutos e os outros grupos parlamentares já gastaram os seus tempos. Nós temos agora 40 minutos que estão fora da questão. Quer dizer que eu tenho 3 minutos que me deram agora mais 3 minutos que ainda não gozei.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Bôbô!

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Pela regra é isso.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Regra! Qual regra?

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Meus senhores, não gosto de provocações. Estou a discutir uma coisa e não gosto muito de provocações. Digo já cá, um que me provocar apanha sem receio. Por favor!

Na primeira hora eu tenho direito a 3 minutos que não utilizei. Se dão mais 40 minutos, mesmo se não me quiserem dar 3 minutos, ao menos me dêem 2 minutos. Isso é uma realidade.

Uma voz: — Não dá nada.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Meus senhores, que levem todo.

O Sr. **Presidente:** — Acho que o tempo é outro. No primeiro momento, foram declarações políticas e o Sr. Deputado é único no MDFM/PL, não tem direito a fazer declarações políticas. Apenas os grupos parlamentares têm direito a declarações políticas. Agora estamos no momento de...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente:** — Faça o favor.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, apenas um pedido de esclarecimento.

A forma como está distribuído o tempo e os pontos que estão no período de antes da ordem do dia, acho que tem lógica a solicitação que fez o Sr. Deputado Pires Neto. Tem sim senhor!

Estou a ver no Boletim Informativo, não é a minha opinião, é a opinião da Mesa, estão 60 minutos distribuídos, dos quais o MDFM/PL tem 3 minutos. Voltamos a redistribuir 40 minutos, naturalmente, ele tem direito aos 6 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Bom, a minha interpretação é outra. Neste capítulo do período de antes da ordem do dia...

Uma voz: — Onde está o capítulo?

Tudo está no mesmo sítio. Está ponto 1...

O Sr. **Presidente:** — Em tudo isso, ele tem 3 minutos.

Murmúrios.

Porque só os grupos parlamentares tinham direito a fazer...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, veja como é que está.

O Sr. **Presidente:** — Eu já vi.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Tempo disponível, 60 minutos, para tudo. Ele não usou os tais 3 minutos dentro dos 60 minutos. Nós redistribuímos mais 40 minutos, ele tem direito a...

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Porque ele não podia usar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Então, não se distribuiu?

Murmúrios.

Mas estou a fazer uma pergunta concreta. Fez-se distribuição ou não?

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, não vamos perder tempo com isso. Isso é só perca de tempo.

Murmúrios.

O que é que se fez? Houve declarações políticas e a mensagem do Presidente e agora entramos no tratamento de assuntos relevantes pelos Deputados. Na declaração política, aquele Deputado não tem esse direito, mas o seu direito a 3 minutos mantém-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, se a gente cingir-se àquilo que foi a sua orientação precisa para os grupos parlamentares, então nós ainda estamos no período de antes da ordem do dia, com 60 minutos. Porquê? O senhor só mandava parar os declarantes quando fizessem tempo superior a 10 minutos e aqui não há nenhum espaço onde cada líder tenha usado 10 minutos. Significa dizer que o tempo que está aqui distribuído, se calhar, é para assuntos relevantes, que as declarações não contam. Porque o Sr. Presidente deu 10 minutos para cada grupo parlamentar, inclusive para a sua intervenção também! Mais 10 minutos, portanto, são 40 minutos e houve pessoas que usaram mais do que isso. Significa que as declarações não contam para esse período.

O Sr. **Presidente**: — As declarações contam.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não! Então porque é que o Sr. Presidente deu 10 minutos?

O Sr. **Presidente**: — Porque para as declarações, no Regimento também diz.....

Murmúrios.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Oh senhor, pegue no documento, veja a lógica, não fique só cegamente a falar de coisas...

Protestos do Sr. Presidente.

Risos do Sr. Delfim Neves.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Está aqui. Veja o artigo 85.º.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Peça a palavra.

Quem está no uso da palavra, Sr. Presidente?

Sinceramente, fiquei sem saber, porque por aquilo que está aqui distribuído, são 27 minutos do ADI, 23 do MLSTP/PSD, 7 do PCD e 3 do MDFM/PL e durante as declarações políticas o Sr. Presidente permitiu 10 minutos para cada grupo parlamentar e usou também 10 minutos. Então estamos a falar de quê, afinal de contas? É a lógica. Apenas isso.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — O artigo 85.º diz: «Declarações políticas e outras intervenções.

1. Cada grupo parlamentar tem direito a produzir, no período de antes da ordem do dia, uma declaração política com a duração máxima de 10 minutos e com prioridade sobre as demais intervenções».

2. O período de antes da ordem do dia, para os fins proferidos nas alíneas b), c) e d), que é declarações políticas, tratamento de assuntos relevantes e emissão de votos, tem a duração normal de uma hora e é distribuído proporcionalmente ao número de deputados de cada grupo parlamentar.» É o que está aqui.

Bom, não vale a pena estarmos a perder tempo com isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pires Neto.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, eu, sinceramente, estou a ver que a democracia está em perigo e posso explicar. Gastamos tanto tempo por causa de 2 ou 3 minutos para uma pessoa falar e há pessoa que já falou mais do que 5 ou 6 minutos. Por isso, quero dizer que em São Tomé e Príncipe, antigamente, *non tava ca xê tlundu cu mascla ni cala, maji ozé non passá ca xê tlundu non sê mascla*. Isto está muito perigoso! Muito perigoso!

Não gostaria de deixar de mencionar uma coisa aqui hoje. Peço a todos que um dia quando estivermos a colocar uma pessoa num cargo de responsabilidade deste país, temos que olhar para duas coisas: uma

pessoa que a gente vê, pelo menos, uma vez por ano na sua igreja, porque uma pessoa que nunca passa na igreja, pelo menos uma única vez num ano, não pode ser dirigente.

Risos.

Falo isso com lógica!

Ruídos.

Meus senhores, já me provocaram e ouviram uma resposta, se voltarem a provocar-me ouvirão outra.

Portanto, quero dizer aos senhores que falo com toda a liberdade e não tenho receio de ninguém. Falo como sei e aquilo que sei. Estamos num país em que todos temos que tomar muito cuidado, por várias razões. Começo pelo Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro, como homem do Estado, com ordem e poder, faça o que quiser, tente licenciar pessoas, ninguém mais pode falar. Eu não tenho problemas, sou são-tomense. Fui demitido, estou cá neste país, mas tenho a certeza de que, se o Sr. Primeiro-Ministro for demitido hoje, amanhã estará fora do País, porque é estrangeiro.

Aplausos.

Quero avisar que aquele senhor não me destruiu, mas sim destruiu a minha família, e sou casado com uma são-tomense...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O senhor pensou antes de falar?

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — ... portanto, a minha esposa chama-se Sila Correia Cristina Pires Neto e eu chamo-me Pires Neto. Estou contra o Sr. Primeiro-Ministro, a minha família e a da minha esposa também estão contra o Sr. Primeiro-Ministro. Portanto, não sou só eu que o senhor destruiu. Tenho que deixar aqui claro: a minha esposa é são-tomense!

Uma outra coisa, meus senhores, aquilo que passou na Televisão, uma queixa-crime que o Sr. Primeiro-Ministro meteu no Ministério Público, o Sr. Procurador-Geral da República vem logo à Televisão insinuar, fazer justiça antecipada, falar em 3 anos antecipados. Meus senhores, em que país estamos? Que democracia temos? Por isso, se o Sr. Procurador-Geral da República fosse um homem idóneo, com cabelos brancos, de respeito, que está naquele lugar, quando um cidadão falou publicamente que lhe deu 70 000 dólares para a compra de carro ou qualquer outra coisa, este senhor, um homem de respeito para o Estado, devia colocar o seu cargo à disposição e dizer...

Aplausos.

...«meus senhores, aqui está o meu lugar, eu preciso da justiça!». Mas esse senhor não fez isso e sabe porquê? Porque nós é que não soubemos escolher. Escolhemos pessoas incapazes, que têm competência mais ainda são muito novas. Temos que trabalhar para mudar isso. Admira-me como essa pessoa tem moral para ir à televisão falar o que falou. Este país está em perigo!

Portanto, meus senhores, eu, Pires Neto, já fui demitido do cargo que ocupava, por isso, vou falar e fazer tudo o que eu quiser. Agora, o que eu quero é que cada um assuma as suas responsabilidades. Ninguém responde por ninguém. Por isso, meus senhores, estou cá e vou continuar a falar, porque o Sr. Primeiro-Ministro tem que saber que eu sou seu inimigo. Ele tem que saber isso! Sei que ele está a ouvir, mas não me preocupo com isso. Estamos em democracia.

Protestos do Grupo Parlamentar do ADI.

Calma senhores! Ouvi o Sr. Primeiro-Ministro falar de ameaças de 1977, sobre o barco «fantasma» que apareceu por aqui ou era de fantasma e hoje estamos a falar de 2012, mas com barcos reais. Quem quiser, pode vir cá filmar. Os barcos estão cá.

O que eu quero solicitar aos senhores é o seguinte: quando faziam as leis naquele tempo, iam ao mato chamar os comités, alguns ainda eram pequenos, mas iam para o mato acompanhar os comités para fazer leis e hoje para se fazer um orçamento que já está feito na gaveta e tudo está preparado, estão a fazer o orçamento do cidadão. Qual é a diferença que há entre os cidadãos? Qual é a diferença?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pires Neto, o senhor já falou 6 minutos.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (PCD): — Qual é a diferença daquele tempo e hoje? É tudo igual. Portanto, eu acho que os senhores não devem reclamar de nada. O Sr. Primeiro-Ministro só tem que se acalmar, fazer aquilo que deve, prestar contas e ser leal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pires Neto, o senhor já falou 6 minutos.

Uma Voz: — Já passou!

O Sr. **Adelino Pires Neto** (PCD): — Sr. Presidente, quero agradecer o sacrifício e dizer aos outros que não chorem muito.

Obrigado.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Temos a lista do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD com cinco prioridades. Chamo a Sra. Deputada Elsa Pinto para usar da palavra, fazendo tratamento de assuntos políticos relevantes.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe: Ao iniciar esta 5.^a Sessão da IX Legislatura, queria cumprimentar a todos e sobretudo desejar que esta Sessão seja verdadeiramente frutuosa e que possamos exercer cabalmente as funções que nos foram confiadas, que são as de fiscalizar e legislar.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, se hoje aqui venho é porque segui atentamente as declarações do Sr. Secretário-Geral e Deputado do Grupo Parlamentar do ADI e ouvindo a última parte do seu discurso quase pensei que não estava em São Tomé e Príncipe.

Na sua intervenção, falava de um país em que reina o bem-estar, em que se está a lutar contra o desemprego, em que as crianças têm pão, em que as mulheres têm como sustentar as suas famílias, os homens têm trabalho, que há reformas estruturantes em curso e que tudo corre a mil maravilhas.

É sobre essas reformas estruturantes que gostaríamos de falar. Sr. Ministro, as reformas são necessárias, mas sem atropelos, respeitando direitos adquiridos e conquistas individuais e colectivas. Quero falar do processo de reforma daqueles que deram 20, 30, 40 anos a esta Nação. Hoje deputados com 40, 50, amanhã idosos com 57 e 62 e prontos a serem atirados à exclusão social e à miséria.

Todos nós sabemos que o tempo passará por nós e sabemos que quando chegar a hora teremos que render o bastão e passar para o outro, mas estamos a pensar na forma como se faz esta reforma. Pessoas que trabalharam tantos anos e um belo dia chegam no serviço e são confrontadas com a dura realidade de lhe dizerem: «hoje você já não trabalha aqui, se quiser passe pela Segurança Social e tente inteirar-se do seu assunto». É isso que está a se passar nesta República.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Mas não é só remeter essas pessoas à pobreza, ao desnorte, porque quem sabe que está a ir para a reforma organiza-se para passar à reforma. Essas pessoas foram apanhadas em contramão, mas também são sectores que não se prepararam para confrontar com a questão da reforma.

Convido o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, que quer usar da palavra, para ir ao serviço de Estomatologia do Hospital Central, que neste momento tem apenas uma senhora, porque todos os outros foram para casa.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Mas isso começou agora?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — O senhor quer falar? Sr. Presidente, o Sr. Deputado quer falar. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Esse senhor é mal-educado.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — *Sum toka tê vlegonha, sum sá n'guê tamé txilado xintxido.*

O Sr. **Presidente**: — Continue, Sra. Deputada.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — E terá desconto de tempo, foi interrompida.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Não é apenas a passagem dessas pessoas à reforma, mas são sectores que hoje estão na situação em que estão.

Chamo atenção do Sr. Ministro. As reformas são estruturais, temos que trabalhar para que elas possam ir ao encontro da situação do País, ir ao encontro dos anseios governativos, porque toda gente quer ver o País a avançar, mas é preciso ter em conta como é que essas reformas são feitas.

Mesma coisa acontece com as reformas estruturais que levam a mudanças de directores ou mudanças de cargos de chefia. Não estamos contra a mudanças de cargos de chefia, não estamos contra a mobilidade funcional, estamos contra a forma como essas reformas têm estado a ocorrer.

Uma directora, no seu gabinete, não pode confrontar-se com outra directora que chega e lhe diga «o seu mandato acabou, agora eu é que estou a mandar neste gabinete».

Murmúrios.

Sr. Deputado, a roda anda e desanda e nós todos somos são-tomenses. A sua roda, neste momento, está a desandar, o senhor sabe disso.

Meus senhores, há uma coisa que vos digo: «o cão que lobos mata, lobos também o matam», *kaçô montxa ê ka molê motxa*.

Murmúrios.

O Sr. **Manuel Narciso** (ADI): — Minha amiga, *kaçô montxa ê ka molê motxado*.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — *Nguê tamé ka sá patado*.

O Sr. **Manuel Narciso** (ADI): — *Um ska xina san flá santomé*.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — *Nguê tamé ka sá patado*.

O Sr. **Manuel Narciso** (ADI): — *Kê moda?*

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — *Punda Sun tê kanso sun ká pô molé*.

O Sr. **Manuel Narciso** (ADI): — *Nada xi*.

Risos.

Uma Voz: — Cuidado com canseira.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, não sei se poderia pedir ao pessoal do serviço de apoio para entregar a Sra. Deputada a minha declaração política para ela ler a parte final que não é nada disso que ela havia dito.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado não pediu a palavra, não sei se está inscrito. Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que recebo com bom grado, mas não tenho lapso de memória.

Risos e aplausos.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Edite Salvaterra.

A Sra. **Edite Salvaterra** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Caras e Caros Deputados, bom dia. Vou falar como Deputada, mas sobretudo como mulher e mãe, uma mulher que vive na Trindade, uma região que ao longo da história foi vítima de atrocidades e chacinas conhecidas de todos nós. Depois de tudo quanto tenho ouvido, as preocupações das pessoas que me procuram na Trindade e nas outras paragens, eu próprio começo a ficar apreensiva. Porquê? Porque daquilo que já li e ouvi dos mais velhos, em 1953, tudo também começou assim. O poder colonial começou a tomar medidas repressivas e assustar as pessoas, até que tudo desembocou na fatídica noite de 3 de Fevereiro de 1953.

Ruído.

Alguns pensarão que poderei estar a exagerar, mas a estes aconselho. Por isso, como cidadã, mulher e mãe, apelo a todos, Deputadas e Deputados, a uma atenta reflexão sobre os últimos acontecimentos ocorridos no País, de modo que, independentemente dos partidos a que nos pertencemos, sejamos capazes de nos predispor a defender um bem comum que todos consideramos que é a democracia e a liberdade.

Nós não vamos permitir que o Sr. Patrice Trovoada e os seus sequazes conduzam São Tomé e Príncipe a uma ditadura. Isto é que nunca, nunca e mesmo nunca! É isto e estou à espera que me venham prender.

Aplausos.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento. Peço desculpas por estar repetidas vezes a pedir esclarecimento.

Quando submetemos a nossa lista à Mesa da Assembleia para intervir neste período, esperávamos que cada membro que está inscrito pedisse a palavra directamente. O Sr. Presidente optou pela rotatividade. Deu palavra ao Deputado do MDFM/PL, ao do MLSTP/PSD, ao do PCD e agora ao do ADI, mas o Grupo Parlamentar do ADI não quer falar.

Vozes da ADI: — Agora.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Então não é rotatividade, tem que mudar o sistema. Se não quer falar, então não vai falar mais.

Murmúrios do ADI.

Se é opcional, e vejam bem a proposta que fiz inicialmente, as pessoas têm as suas listas, mas cada um faz a sua opção, se quer falar e em que momento irá intervir. O Presidente da Mesa até teve outra opção, então ele tem que manter a sua palavra.

O Sr. **Presidente:** — O Presidente da Mesa não obriga a falar, convida. Eu não posso obrigar.

Murmúrios.

A lista da ADI não seleccionou.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Vossa Excelência fez-nos uma proposta de rotatividade, conhecemos o período de antes da ordem do dia, a proposta foi aceite.

Quando se fez a proposta, aceitamo-las. Antes discutíamos o período da ordem do dia consoante a vontade de cada um de intervir no devido momento e hoje foi-nos exigido uma lista prévia, e o Sr. Presidente adoptou uma metodologia de rotatividade e aceitamos. Não estamos a pôr em causa essa rotatividade.

Gostaríamos de pedir que Vossa Excelência recolha a questão em termos de metodologia, porque com essa metodologia que sugeriu, tendo estado nós de acordo, se ela está a alterar, então recolha para discutirmos.

O Sr. **Presidente:** — Falei que as listas eram grandes, chegamos à conclusão de se estabelecer o tempo, também pedi que cada grupo parlamentar marcasse a prioridade. O Grupo do MLSTP/PSD, dentro da sua lista, marcou as prioridades, do PCD não marcou, o ADI também não marcou.

Ao começar o trabalho, eu simplesmente chamei o único Deputado do MDFM/PL e peguei na lista que tinha prioridade, chamei o do MLSTP/PSD e perguntei ao PCD se alguém ia falar e a Sra. Deputada manifestou interesse. Perguntei ao ADI se alguém queria falar, neste momento, disseram que não.

Uma Voz: — No momento não.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente:** — Mas não posso obrigar.

O Sr. **Delfim das Neves** (PCD): — Não se está a mandar o Sr. Presidente obrigar. Se não está a ser cumprido o método de rotatividade, então coloque de novo a questão.

Uma Voz: — Deixa de ser rotatividade e passa a ser liberdade.

O Sr. **Presidente:** — Pronto, é liberdade. É por isso que chamei o Deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Há uma lista, há prioridade...

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Se é liberdade, eu quero falar mais.

O Sr. **Presidente:** — Não, por amor a Deus!

Risos.

Quando acabar o tempo, acabou. Da lista do MLSTP/PSD a seguir tem o Sr. Deputado Américo Barros. Quer usar da palavra?

O Sr. **Américo Barros:** — Agora não.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Gaudêncio Costa quer usar da palavra?

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Também gostaria de propor a liberdade, mesmo com as inscrições das listas que lá estão na Mesa, mas cada um que queira falar possa pedir a palavra e falar. Essa é minha opinião, independentemente de ser do MLSTP/PSD, do PCD, do ADI. O Deputado que queira falar, desde que cumpra o tempo estipulado, que fale. Esta é minha proposta também.

Não pedi a palavra porque a Sra. Deputada Elsa Pinto estava fora da Sala quando começou essa pequena discussão. Já que já entrou na Sala, faço-o, não porque alguém me impingiu ou me obrigou a falar.

Rapidamente, na parte final do meu texto, não vou lê-lo outra vez, encorajei o Governo a continuar com os trabalhos que vem realizando. É isso que está aqui escrito: «Continuar a apoiar os agricultores e horticultores; continuar a levar água e energia às comunidades». Se a Sra. Deputada diz que não, então pergunte à população de Ferreira de Governo, da Pinheira e outras se o Governo não está de facto a levar energia a essas comunidades.

No fundo, tenho a plena consciência de que tudo não está bem, mas esse tudo que não está bem é por causa do Governo da ADI? É essa a pergunta que temos que colocar.

Que o Governo está a fazer um esforço no momento de crise financeira, no momento difícil, está a fazer e a população sabe disso que estou a dizer. Podem não gostar de Levy, porque fala muito, mas falo muitas verdades e esta é a verdade.

Deixando isso, como já disse na parte final, vou oferecer-lhe uma cópia.

Gostaria de dizer a Sra. Deputada que há 2 anos, talvez na minha primeira ou segunda intervenção nesta Casa Parlamentar, havia dito que devíamos elevar o discurso parlamentar, o discurso político, principalmente discutir ideias, projectos, factos e, em último lugar, pessoas. Nem é aconselhável, nesta Casa Parlamentar, estarmos a discutir pessoas.

Daí que se me permite tenho que falar de um facto apenas, e é a primeira vez que o faço publicamente.

Em 2002, salvo erro, o Primeiro-Ministro de então, Dr. Gabriel Costa, havia me nomeado como representante do Governo no Conselho Superior Judiciário e estive nessa função durante 2 anos. Tivemos esse passado triste, houve como sempre mudanças de governo. Recordo-me que a Sra. Deputada Elsa Pinto foi nomeada Ministra da Justiça, na altura, e fez-se a substituição do representante do Governo no Conselho Superior Judiciário. Sabemos, como toda gente diz, que há continuidade de Estado. Penso que era normal o Governo – já que eu era representante do Governo no Conselho Superior Judiciário, isso é um facto, não estou a discutir pessoas, e é normal fazer-se substituições, a Sra. Deputada era Ministra da Justiça – poderia escrever uma carta a dizer «Dr. Levy, já não queremos continuar com os seus trabalhos, pelo que nomeamos uma outra pessoa». Pelo menos telefonar.

Uma Voz: — Kei.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Tomei conhecimento da minha substituição no Conselho Superior Judiciário no sofá a assistir ao telejornal, mas nunca fiz queixa, nunca me zanguei, nunca fui para a comunicação social dizer que é perseguição, que o Governo está a me perseguir, nunca. Por isso que é a primeira vez que falo disso.

Sei que a senhora virá para aqui, mas não vou mais falar sobre isso, não vou responder. Vai para o arquivo ver os documentos.

Ruídos.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Levy Nazaré, fico muito satisfeita por ter levantado esta questão, na medida em que se guardou durante 2 anos, quer dizer que ficou consumido durante 2 anos.

Finalmente, conseguiu abrir o seu saco, mas se o senhor consultar os arquivos e fizer imediatamente esse trabalho, Elsa Pinto não fez parte do Governo do Sr. Gabriel Costa.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — A senhora não percebeu, eu disse governo que veio depois quando a senhora foi Ministra da Justiça. Mais uma vez a senhora não está a compreender, como não percebeu o meu discurso.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Não é, está de forma que se possa compreender. O senhor tem que fazer um trabalho de casa. Portanto, quando tiver que fazer o próximo discurso, tenha mais cuidado, seja mais claro para que seja compreendido melhor.

Sr. Deputado Levy, o Governo é que tinha o seu representante, não era a Ministra da Justiça, por isso o Governo fez os trâmites que tinha que fazer com relação ao representante no Conselho Superior Judiciário e o senhor sabe que todos os trâmites foram feitos. Não justifique com o injustificável. O que se está a passar na Administração Pública é uma barbárie, é uma partidarização.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Felizmente, com o MLSTP/PSD muitos dos senhores continuaram a ser directores e fui muitas vezes responsável dos senhores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, se faço uso da palavra neste período é porque estou muito, mas muito preocupado com a Nação, com aquilo que lutamos e conseguimos que é a democracia.

Temos que fazer uma análise fria de questões que estão a passar hoje contra alguns cidadãos alguns dos quais são os nossos tios, primos, sobrinhos, irmãos...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Mas isso não se passou ontem?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado Idalécio. Estava mesmo à espera de si...

Risos.

...para lhe dizer que qualquer indivíduo, muito mais ainda o Governo que se refugia no passado, está constantemente a frisar o passado para justificar a sua incapacidade de cumprir as suas promessas eleitorais e o seu Programa do Governo, só pode ser conotado como incompetente e o senhor é um deles.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Se o País não tem meios, se temos dificuldades, todos compreendemos, então diga também que a dificuldade não começou ontem, não começou hoje. Se cada um fez a sua medida em função daquilo que estava à sua disposição. Agora, dizer que o povo está bem, que em São Tomé e Príncipe toda a gente tem condições de vida razoável, que colocar água ou energia numa localidade ou duas que não representa nem 1% das localidades, nem é 1% da população que beneficia disso, já é um trabalho de louvar, depois perguntar se no passado se fez...

Meu caro amigo, tenhamos consciência! Muitos que estão aqui se calhar se fizeram com o passado, com formação, com casas que têm hoje, com carros que têm hoje.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

Digam-me que não. Foram feitas em 2 anos?

Vamos verificar casas, carros, formações que cada um tem se foi feito em 2 anos. Então, vamos louvar também o passado, mas não podemos apegar-nos ao passado para justificar a nossa incompetência. Vamos ver o presente e o futuro, o que o povo quer! O que a juventude espera é alguém que lhe dê esperança de dias melhores, no presente e no futuro. É isso que a gente pretende para São Tomé Príncipe, não aquilo que estamos a ver.

Sr. Presidente, a questão que me preocupa tem a ver com a saúde. Há pouco mais de 1 semana, uma das minhas irmãs teve uma crise. Eu tinha que a levar ao hospital a 1 hora da manhã. A verdade é que os médicos e os enfermeiros estão a braços, não sabem o que fazer. Quando se pergunta por determinados medicamentos, não há! Estou a dizer aquilo que eu assisti pessoalmente. Não estou a inventar nada nem a mentir. Estou a dizer aquilo que aconteceu. Portanto, nós devíamos preocupar-nos com a saúde e medicamentos, porque todos nós que estamos aqui somos sujeitos a esse tipo de coisas, e só temos um hospital para todos. Isso me preocupa.

A Ministra foi demitida, que eu saiba, por um decreto presidencial, há pouco mais de 2 semanas e nós não conhecemos quem é o novo Ministro da Saúde. Ou se não o querem nomear, que um Ministro ou o próprio Primeiro-Ministro se assuma como tal. Se quisermos responsabilizar alguém, hoje, enquanto fiscalizadores, não temos como. Responsabilizar quem?

A questão que se fala aqui dos barcos, deixem-me dizer-vos rapidamente, eu levanto esta questão porque ontem a Comunicação Social coarctou o essencial da declaração do PCD. O que se disse é que nenhum navio que atraque ou que esteja ao largo do mar de um país durante todo este tempo esteja de forma ilegal, é impossível. Se estivesse lá de forma ilegal, já seria arrestado, o que é natural.

Não se está a pôr em causa se paga ou não paga a taxa de Porto, do acostável ou espelho de água. O que estamos a dizer é que o povo quer saber aquilo que o Primeiro-Ministro não disse. Quais são os compromissos do Estado são-tomense com esse grupo? Quais são as transacções comerciais que estão a ser feitas naquele navio? Quais são as contrapartidas para o Estado são-tomense? É isso que queremos saber. Todos nós estamos preocupados. Se é algo que traz rendimento para o País, que vai melhorar a condição de vida dos cidadãos, pode criar emprego, porque não?

Independentemente da sua nacionalidade. Podia ser um barco grego ou espanhol. É taiwanês, toda gente sabe, mas não é por ser taiwanês, com o qual temos uma relação excelente, é que temos que fechar a vista a tudo. Não! Se fosse ao contrário, de certeza que o Estado taiwanês também não iria fechar a vista a tudo. Não! É isso que a gente quer dizer e de forma clara.

Agora, sobre o orçamento do cidadão, Sr. Presidente, isso é uma tristeza e eu estou a falar com conhecimento de causa. Quem esteve já nessas lides sabe que a partir dos meses de Julho e Agosto a Direcção do Orçamento aperta com os ministérios e todas as outras instituições para entregarem o projecto de Orçamento do seu sector. Estou a falar de Julho e Agosto, porque a própria Lei, embora haja um desfaseamento entre o Regimento da Assembleia Nacional e a Lei do SAFE, fixa o dia 31 de Outubro para a entrega do Orçamento. O Regimento diz 15 de Novembro, mas a primazia é a Lei.

O Governo vai ter que respeitar a Lei e em 31 de Outubro terá que entregar o Orçamento na Assembleia. Ora bem, estamos em pleno mês de Outubro, em que o Governo tem que entregar o Orçamento à Assembleia, o Governo diz que está a discutir orçamento do cidadão com o cidadão?

Risos.

É como disse o Secretário-Geral do ADI. Também só falo verdades e por falar verdades que também sou apontado como alguém que gosta de arranjar confusões. Não! Só gosto de falar verdades.

Esta é uma forma demagógica e cínica de enganar o cidadão. Nenhum cidadão que sabe das coisas acredita nisso.

E mais, faz-se uma assembleia que nem sequer entra nas despesas, mas isso para mim é caso menor. O que eu estou a dizer é qual é o contributo que as pessoas estão lá a dar, sentados durante todo o tempo, se o próprio ministro, às vezes, a gente vê no seu rosto que uma pergunta está na sua mente: «o que é que eu estou cá a fazer?» Se o próprio ministro tem o rosto de alguém que está desanimado naquele local, porque não está a contribuir em nada, o próprio cidadão pergunta: «o que eu estou cá a fazer?»

Significa dizer o quê? Que nós estamos a enganar a população! Estamos a enganar o povo. A iniciativa é boa, é de louvar, mas devia ter sido feito nos meses de Abril, Maio, Junho, ...

Murmúrios do Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

Eu estou a falar com conhecimento de causa, Sr. Líder Parlamentar do ADI. O senhor tem o hábito de desdenhar de tudo o que a gente diz, por isso não aprende e vai continuar como está!

Risos e aplausos dos Grupos Parlamentares do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Convosco eu não aprendo nada.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O senhor é que sabe. Eu aprendo com todos. O meu pai me ensinou e eu aprendi muito bem. Devo aprender com todos.

O senhor é que sabe, é um tecnocrata conhecido. Não se esqueça que eu estive lá no seu sector, sei quem o senhor é, nem uma carta sabe escrever.

Para dizer ao Sr. Presidente, não estou preocupado com o Líder Parlamentar do ADI. Estou preocupado com o povo que está a ser enganado. Essas reuniões distritais de Conselhos de Ministros são uma aldrabice autêntica, porque isso não vai sequer – honestamente dizendo – afectar a decisão dos Deputados. Se fizerem um bom orçamento, aprova-se e se for mau orçamento, rejeita-se.

Qual é o problema para estar a enganar a população?

É o que eu dizia, se quisessem aproveitar o contributo da população, seria nos meses anteriores, colher essas sensibilidades, ter essas ideias e elaborar o projecto do Governo.

Na minha opinião, o Orçamento já está elaborado.

Murmúrios do Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

Ouçã, o senhor sabe o que eu não sei, eu também sei o que o senhor não sabe. Portanto, eu estou a dizer que, na minha opinião, hoje estamos a 16 de Outubro e estamos a falar do Orçamento do Estado, não é orçamento da sua casa nem da sua empresa. Estou a falar do Orçamento Geral do Estado. Hoje dia 16, na minha opinião, esse Orçamento já está elaborado.

Meu amigo Narciso, eu não estou a mencionar o orçamento da casa ou da empresa dele, porque é mais fácil fazer. Entenda! O Orçamento Geral do Estado é uma coisa complexa! Não é o orçamento da nossa

casa que fazemos numa folha de papel; não é orçamento da nossa empresa que fazemos com 10 a 15 folhas de papel. Estou a falar do Orçamento Geral do Estado. Portanto, esta expressão não é pejorativa. Aquilo que eu estou a dizer não é de forma pejorativa, e ele próprio entendeu.

Sr. Presidente, se quisermos paz social, que eu aqui ouvi dizer variadíssimas vezes, se quisermos falar de estabilidade, então tem que haver coesão social. Isso está em primeiro lugar e temos como *slogan* do próprio País «Unidade, Disciplina e Trabalho», mas essa unidade está difícil de nós conseguirmos atingir por causa do ódio, do rancor do passado, as pessoas não são capazes de se despir desse ódio, desse rancor, sempre a atacar ...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado falou 13 minutos.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Muito obrigado Sr. Presidente, tenho que lhe agradecer.

Risos.

Ataques de pessoas, porque tiraram o primo ontem, têm que tirar o tio hoje. Isto na nossa sociedade é só para criar mais divisões, criar mais descontentamento do povo que já está a sofrer, do povo que vive na miséria, do povo que está à busca de dias melhores e não consegue viver efectivamente, enquanto este Governo não der outra luz, não der outros sinais que realmente quer que este país se desenvolva.

Muito obrigado.

Aplausos dos Grupos Parlamentares do MLSTP/PSD, do PCD e do Deputado MDFM/PL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Barros.

O Sr. **Américo Barros** (MLSTP/PSD: — Sr. Presidente, Caríssimos Deputados, tomo a palavra devido à provocação do Líder Parlamentar do ADI.

Hoje, a primeira vez que venho a esta Casa Parlamentar, esperava ver esta Casa disciplinada e com contribuição significativa para o povo de São Tomé e Príncipe, mas vendo para este grupo parlamentar, agora sei o porquê de tamanha indisciplina dentro desta Casa.

O senhor falou que o Américo Barros se refugiou para não ser apresentado à Justiça. Sabe, eu tenho tamanha indignação por determinadas coisas que acontecem neste país.

O senhor sabe porque falou assim? A dependência financeira em que vive a juventude, a situação de pobreza em que se coloca a população deste país é que leva os jovens a terem este tipo de comportamento. Porque não é admissível que um Vice-Presidente de um partido, e não é qualquer partido, é o MLSTP/PSD ...

Aplausos do MLSTP/PSD.

...porta-voz deste partido, no uso das faculdades que lhe são conferidas, leia um comunicado e o Primeiro-Ministro tome as decisões que tomou. Quero dizer aos camaradas que hoje ...

Risos.

Vozes do ADI: — Camaradas?

Murmúrios.

O Sr. **Américo Barros** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado meus camaradas. Ao ADI quero dizer o seguinte: não se pode admitir que o Primeiro-Ministro tome as decisões que tomou.

Os camaradas são jovens, ...

Vozes do ADI: — Camaradas não!

O Sr. **Américo Barros** (MLSTP/PSD: — ... os senhores sabem do que eu estou a falar, os senhores do ADI a maioria são jovens e como jovens que são acho que os camaradas...

Risos.

... vocês estão a rir-se, mas todos aqui já fomos camaradas um dia! Todos já fomos camaradas um dia!

Senhores do ADI, é visível a perseguição que o Sr. Primeiro-Ministro tem levado a cabo. É visível o comportamento menos desejável para com qualquer jovem que trabalha neste país.

Nós, os jovens quadros, quadros de carreira, estudamos e a pessoa toma a decisão de um dia para outro para demitir e chamar na Justiça. Os jovens na rua dizem que não vale a pena mais falar, porque se

falarem hoje amanhã serão demitidos. Por isso, quero apelar a esses jovens para não falarem hoje, mas no dia de voto falem contra a ADI.

Aplauso do MLSTP/PSD.

Também queria aqui reagir ao último discurso do Sr. Primeiro-Ministro, quando falou da história do barco em 1977. O Governo na altura tinha razões de estar preocupado com aquelas informações. Veio ou não o barco da Frente Democrática Cristã?

O que estamos a exigir é apenas explicações com relação ao barco, explicações com relação ao acordo assinado com a República da Geórgia com relação a Lota de Peixe, informações sobre os nossos estudantes no exterior, simplesmente isso. Não vale a pena intimidar as pessoas, metendo-as na Justiça, quando não deviam fazê-lo.

Uma Voz: — Muito bem.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Diogo.

O Sr. **Presidente:** — Convido o Sr. Deputado Roberto Lombá a usar da palavra.

O Sr. **Roberto Lomba** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Tomo palavra nesta sessão porque realmente acho que já se faz sentir que nós da ADI temos adoptado uma postura de escutar com o sentido de tentar apreender.

Uma Voz: — Aié.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Mas acho que para mim chegou o limite, já não se apreende nada. Se virarmos a cara para traz, frente ou lado vemos aqui nesta Sala muitas pessoas que já foram figuras de Estado nesta terra. Já foram primeiros-ministros por várias vezes, ministros, directores sem conta.

Hoje estamos aqui na Assembleia, fomos eleitos pelo povo e pensava que podíamos contribuir com aquilo que apreendemos na escola, aquilo que apreendemos lá naquele gabinete onde estivemos e no dia-a-dia, mas vimos aqui fazer politiquice. É brincadeira! É brincadeira ver um partido como aquele que todos dizem ser o maior partido de São Tomé e Príncipe ter as intervenções que tem, ter intervenções que no meu vocabulário não vejo nome, talvez porque não sou daqueles que costumam dar nomes a quem não merece. Se tivesse que fazê-lo faria pior, mas neste momento não quero ter esse tipo de comportamento.

É preciso termos uma postura maior para virmos aqui neste microfone e querer culpabilizar a ADI de todo o mal que assola São Tomé e Príncipe.

Viramos para aqueles grupos parlamentares e perguntamos porque é que em São Tomé e Príncipe não há pecuária. Se procurarmos, o director da pecuária esteve aqui. Onde é que estão os bens da pecuária?

Podemos perguntar porque é que temos uma educação hoje sem mérito, mas aqui na Sala podemos ver várias pessoas que foram ministros da educação. De quem é a culpa?

Porque é que temos a saúde em São Tomé e Príncipe em tão mau estado? Vemos aqui muita gente que passou por lá.

Podemos falar do comércio, da indústria de tudo um pouco. Se é que aprendemos com os erros, então estivemos lá e fizemos o que achamos que é o melhor e vimos como resultado aquilo que temos hoje, devíamos vir cá e trazer alternativas, ajudar de uma outra forma, não é vir criticar, dizer isso, aquilo, acolá, só porque queremos falar.

Devemos ter a consciência, como filhos de São Tomé e Príncipe, que deram ou querem dar o seu contributo e que deveriam dar o seu melhor. São Tomé e Príncipe hoje precisa de todos os filhos desta terra, nem aqueles que hoje são detentores de saber, nem aqueles que não tiveram essa possibilidade, todos hoje somos útil, mas útil assim não serve, somos útil na apresentação de boas alternativas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Úteis.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sou bom aluno, gosto de apreender, Sr. Deputado José Viegas, quanto a isso não se preocupe comigo. Fui um bom estudante o senhor sabe disso, não tenho medo de apreender, aprendo todos os dias, por isso tenho essa postura.

Passamos todo o nosso tempo aqui na Sala e como Deputados da Nação deveríamos trazer contributos, trazer ideias, discuti-las, fazer leis, mas passamos todo o tempo num ódio tenaz e ferros contra a figura do Sr. Primeiro-Ministro, porque ele subiu, ele desceu.

Meus senhores, se realmente temos tanta prova de que o Sr. Primeiro-Ministro é aquilo que se diz aqui, vão ao sítio próprio, vão apresentar essa prova e de uma vez por todas destruímos esse senhor, mas é preciso ter prova. Não é só vir para o microfone fazer *show off*, não é isso. Se é que temos, vamos

apresentá-las, eu também estou interessado, também quero saber, mas não é desse jeito que vamos conseguir fazer com que o povo de São Tomé e Príncipe passe a odiar a pessoa do Sr. Primeiro-Ministro Patrice Trovoada.

Aplauso da ADI.

Ao invés de dizermos ao nosso filho que ele é dirigente de Estado, tem que ter postura como dirigente de Estado, mandamos o nosso filho difamar o Estado que ele próprio representa. Estamos a fazer boa coisa?

Aplauso da ADI.

Isto não é ensinar. Claro, feito assim, aquela escola não pode ter bons alunos, porque não é a melhor maneira de se ensinar.

Várias pessoas passaram por aqui criticando que hoje se está a trocar este, aquele. O meu amigo Pires Neto disse que, porque falou isso ou aquilo, trocaram Pires Neto. Se o Sr. Deputado tivesse conversado comigo como seu amigo, eu lhe diria que o senhor é homem que faz parte do aparato de Estado e deve ter um comportamento de homem do aparato de Estado.

Murmúrios e Risos.

O senhor não pode comer e sujar o prato em que come.

Murmúrio.

Ok. Vamos para aquilo que é importante. Veio aqui alguém perguntar porque é que até hoje não temos um ministro da Saúde. Competências.

Uma Voz: — Aié.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Quem deve exonerar a Ministra da Saúde?

Uma Voz: — Diga, diga.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Porque é que não temos a Ministra de Saúde? A resposta está lá para vocês. Não vou mais avante porque não é isso que me trouxe aqui, não vim cá para promover conflito, não vou entrar no vosso jogo.

Murmúrios.

Eu acho que nós como Deputados devíamos fazer aquilo que é o nosso trabalho, devemos respeitar uns e outros, mas não fazemos isso. Vimos para o microfone, criticamos, chamamos nomes de forma arbitrária, não é assim. Gostaria de aprender com esses deputados que estão aqui há não sei quanto tempos, mas assim não aprendo nada; assim não consigo servir o meu país. O povo não nos elegeu para isso.

Pensava que podia fazer melhor que o senhor, mas com esse ensinamento que me está a dar não vou conseguir nunca.

Termino a minha intervenção pedindo, de uma vez por todas, que nós aqui crescamos na forma de fazer política.

Aplauso do ADI.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Evaristo Carvalho.

Há uma regra, temos que crescer um pouco mais.

O Sr. **Presidente:** — Queria dizer que o tempo distribuído para o PCD já esgotou, todavia tem mais 2 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD). — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Assisti ao debate calado, ouvi muito e houve uma intervenção que dizia que: «espera-se que os deputados sejam a barreira intransponível na defesa da democracia e da liberdade». Um dos discursos falou disso e eu retive. Quer dizer que sejamos essa barreira intransponível, reconheço e compreendo que cada um defenda as suas posições partidárias, mas quero dizer-vos que ouvi todas as intervenções e tenho

acompanhado a evolução da situação política nacional e reconheço alguns sinais inquietantes em relação à democracia que vivemos em São Tomé e Príncipe.

Tal como os outros deputados que vieram cá e disseram estar preocupados, também estou preocupado, mas sobretudo queria pedir uma coisa a todos os Deputados do ADI, do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL: devemos estar atentos à evolução da situação política e devemos ser capazes, se as circunstâncias assim o exigirem, de assumir plenamente as nossas responsabilidades.

Volto a repetir, reconheço que cada um deve defender com zelo e sofreguidão até as posições partidárias de cada um de nós, mas se a situação um dia assim o exigir, sejamos então a tal barreira intransponível na luta pela defesa da liberdade e da democracia do nosso país.

É só isso que vos peço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados muito bom dia.

Sr. Presidente, o assunto que trago para esta plenária, penso que o tempo que vão me dar não será possível, porque na verdade explicar o problema que eu tenho para nós discutirmos aqui é de âmbito nacional. É um problema de todos nós e peço o apoio de todos Deputados. Não é um problema que tem que se resolver com moção de censura, porque não o resolve; não se resolve com o chumbo do Orçamento; não se resolve com a instabilidade política, mas sim é um problema que temos que resolver. A situação é tão complicada, porque na verdade falamos tanto, mas não seguimos resolver de uma forma geral o problema do País.

Não é um problema do ADI, do MLSTP/PSD ou do PCD, mas é nacional e requer um acompanhamento de todos. Isso tem uma evolução tão grande que a situação complica, embora que já tínhamos algumas soluções para o caso, mas enfim, não vou culpar agora A, B ou C, porque já passou e já houve alguns meios para esse trabalho que não foi feito e não vou acusar ninguém, porque não estou bem colocado para afirmar uma coisa que não sei.

Estive ultimamente numa conferência em Camarões (Duala), em que São Tomé e Príncipe assinou um quadro de acção de IOTÔ, melhor dizer, porque há Quiotô e depois há lotô. O lotô trata-se de assuntos de catástrofe onde existe nesse meio de catástrofe não é só o problema como nós sempre dizemos quando há catástrofe, é chuva, terramoto, não é isso. É um problema onde entrava agricultura, pesca, saúde, quer dizer que é um grupo de trabalho onde entrava nesse quadro de acção de lotô. E tendo em conta que não fizemos, há necessidade muito grande de fazermos esse trabalho. Agora, vou mostrar-vos só a situação que temos nesse momento nas zonas costeiras.

Uma Voz: — Para quê?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — É preciso mostrar e digo mostrar porque há necessidade. Eu não poderei fazê-lo em todas as zonas para vos dizer e nesse momento trabalho com uma equipa do Banco Mundial em que há uma necessidade própria em que enviaram técnicos especializados em diferentes áreas e produziram mapas reais de São Tomé e Príncipe, em que diz que temos problemas e são problemas sérios. Só que fico um pouco triste, porque já pedi encontro com Sua Excelência o Sr. Presidente da República para ajudar também a resolver esse problema há 3 meses e até então não fui recebido. É para explicar um pouco do assunto e pedir apoios, porque estamos realmente a precisar de apoios.

Ora, tenho vários mapas e este é o da cidade de Santo António do Príncipe. Aqui, como estão a ver, mas lá de longe não vêem bem, mas seria muito bom que os Deputados tomassem contacto com isso.

O que está aqui todo a vermelho são as casas da cidade de Santo António. Toda a parte onde está com barras brancas são casas vulneráveis a catástrofe com a invasão marítima. Aqui temos três riscos, onde está a preto era o lugar onde o mar estava anteriormente.

Este é o mapa feito do estudo de 1962 a 2009. Falta os mapas actuais de 2010 e 2011. Podem ver bem que da linha preta até a linha azul e se fazermos a medição aqui, como já fiz, quer dizer que o mar entrou a cidade de Príncipe em cerca de 70 metros. Esse é a cidade de Santo António, quero dizer-vos que tenho a medição, e tenho outros casos.

Isso quer dizer o quê? O que quero dizer é o seguinte: Sras. e Srs. Deputados, há necessidade de nós realmente pensarmos nesse assunto. Como eu disse, não é um assunto que eu tenho que resolver, não é um problema do PCD e nem é um problema do MLSTP/PSD, mas é um problema que temos que resolver.

O Sr. **Presidente**: — Na qualidade da Mesa, eu não entendi qual é o apoio que o Sr. Deputado quer da parte da Assembleia Nacional. Se for a legislação, vamos, elabore o projecto e introduza.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Depois vamos falar sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Quanto a essa matéria, o Sr. Deputado já teve encontro comigo.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, a necessidade é tanta só que aqui são novas evoluções do assunto e é preciso acompanhamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria, antes de mais, de felicitar o Sr. Deputado Cecílio por ter trazido aqui um problema que se prende com a vida nacional e solicitar os grupos parlamentares o apoio para encontrarmos a solução. É assim que se deve fazer. Nós achamos que é só com o diálogo, entendimento, negociação e com concertação que podemos levar esse país avante. Não é com desordem. Não é com linguagens que temos ouvido e também temos que, em tempos oportunos, dar respostas. Ouvimos aqui intervenções e infelizmente parece-me que enganei um pouco com relação ao Sr. Deputado Levy, que falou da liderança do MLSTP/PSD. Continua a fazer eco ao seu patrão, porque também vem falando da liderança do MLSTP/PSD, esquecendo-se de que estamos em democracia e em democracia existem partidos de oposição. Esses partidos têm o direito de eleger os seus líderes e nenhum partido tem a obrigação de intervir nos assuntos internos de cada um.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. Deputado Levy Nazaré fez acusação ao MLSTP/PSD de que quando foi representante do governo no Conselho Superior Judiciário foi substituído sem qualquer informação. Nós, pelo que conhecemos, o senhor enquanto exercia essa função não trabalhava, não aparecia no posto de serviço. Faltava frequentemente o seu trabalho. E é evidente que não há alternativa para quem não trabalha e o resultado tem que ir para casa.

Risos do MLSTP/PSD e de PCD

Sr. Presidente de Assembleia Nacional, mesmo não estando aqui nesta Assembleia no passado, tomei conta de que no dia 15 de Agosto aqui havia sido decidido que o Governo deveria apresentar, no prazo de 1 mês, toda a documentação que diz respeito à lota de pesca. A onde é que está a documentação? Como é que podemos analisar isso em relação a outros órgãos de soberania? O relatório de execução orçamental, quando é que teremos aqui na Assembleia Nacional como manda a Lei, trimestralmente? Até agora o Governo só apresentou o relatório do 1.º trimestre.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — 2.º trimestre já veio também. Está na 2.ª Comissão.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não!

É a sua palavra. Nós não temos nada que diga que já chegou. Os Srs. Deputados fogem aos debates, levantam o problema de medo ao chumbo do Orçamento. Nós aqui não dissemos que iríamos chumbar o Orçamento para os senhores já estarem a falar de chumbo do Orçamento?

Uma voz do ADI: — Quem falou disso?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Um Deputado do ADI falou disso aqui. Já estão com medo de chumbo do Orçamento? Façam trabalhos, Srs. Deputados. Em democracia a minoria deve negociar; deve entrar em acordos, porque é o País que está em causa e a minoria não pode ser prepotente. O partido ADI é minoritário. Como minoritário que é deve saber negociar e não praticar artes de corrupção junto aos Deputados de outros grupos parlamentares. Nós, o MLSTP/PSD, demos provas aqui que os nossos Deputados não são vendáveis. Por mais que ofereçam dinheiro, não são vendáveis. Temos provas que podemos apresentar de quantos Deputados nossos tentaram aliciar. Não é o que queremos. Também sabemos perfeitamente que os Srs. Deputados que vêm aqui não vêm falar a sua linguagem.

Risos do MLSTP/PSD e de PCD.

Os senhores vêm falar a linguagem do dólar. Quando num país os ministros que ocupam funções do Estado, para além dos salários oficiais que lhe são atribuídos, recebem saco azul de 5 000 dólares por mês, como é que podemos considerar isso? Estamos perante uma corrupção generalizada.

SRS. Deputados, os senhores do ADI parecem que têm memória fraca. Esqueceram-se de que já estiveram de boleia no Governo do MLSTP/PSD. Já estiveram lá e como não fizeram coisa que prestasse tivemos que os expulsar do governo.

Risos e aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

E também sabem perfeitamente quando estavam na oposição a linguagem que tinham era uma linguagem que podemos caracterizar de pessoas não racionais, mas hoje que estão no poder querem dizer

que a oposição tem tido uma linguagem que não lhes agrada. E não só a linguagem, porque enquanto estiveram na oposição, para além da linguagem, tiveram actuações de sabotagem aos bens do património do Estado são-tomense. Podemos provar.

Aplausos de MLSTP/PSD e do PCD.

Daí que, Srs. Deputados, como disse, conheço muitos que estão cá neste Grupo Parlamentar. Alguns são meus amigos, tenho familiares no ADI, e o que dizemos é que o que interessa São Tomé e Príncipe é que os partidos políticos se ponham de acordo e decidam para que se encontre o mecanismo para resolver o problema da Nação. É o povo que está na extrema pobreza; é a pobreza que está a ser galopante. Um mês deixou de ter 30 dias e passou a ter 45 dias. Não preocupa a ADI que no fim do mês as pessoas não consigam receber o salário. É ou não é preocupação? Se formos ao hospital, os medicamentos que se aplicam aos doentes – isto eu vi, o meu Grupo Parlamentar esteve lá – são medicamentos datados de 2010, e que ainda continuam a ser aplicado aos doentes no hospital. Como é que não pode surgir em São Tomé constantes problemas de trombose, hipertensão ...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Seja responsável!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Caro Deputado, estivemos lá. Esqueceu-se que o MLSTP/PSD foi fazer uma visita ao hospital? Portanto, estamos a falar daquilo que é real.

Murmúrios do ADI.

Sr. Deputado, quem gere o hospital não são os médicos. Silêncio, Srs. Deputados!

Vamos falar daquilo que o povo quer ouvir. É a verdade que o povo quer ouvir. É que existe a falta de lealdade institucional. Como pode uma ministra da Saúde, depois de demitida, continuar a exercer a função de Ministra da Saúde, participando no Conselho de Ministros?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O Sr. Deputado está a acusar os médicos e enfermeiros deste país.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP): — Os médicos e enfermeiros deste país reclamam todos os dias a falta de medicamentos no Hospital Central e com as ameaças que os senhores fazem aos quadros técnicos eles nada mais têm que fazer se não aplicar.

Vozes do ADI: — O senhor disse.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Estão a aplicar sim senhor e a culpa é vossa, porque vocês devem abastecer o hospital com medicamentos adequados para evitar que casos desses aconteçam. Vocês estão a matar o nosso povo.

Srs. Deputados, se sabem que não têm competência para governar, negoceiem com aqueles que mais têm. Estamos disponíveis para ajudar, mas não vamos vender ideias. Estamos disponíveis para ajudar. Portanto, Srs. Deputados do ADI, eu vos peço que sejam mais humildes, porque quando não se pode, pede-se apoio.

O Sr. **Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, o tempo está esgotado e eu, no mínimo, vou dar a palavra a um Deputado de cada grupo parlamentar, para terminar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sras. e Srs. Deputados: Ao tomar a palavra, começo por referir que nós aqui exortámos para elevarmos o nosso nível de linguagem, mas infelizmente nós insistimos em cometer erros que podem pôr em causa a nossa própria imagem, enquanto Deputados. E porque nós aqui entendemos que somos a imagem deste país, temos que transmitir de facto essa boa imagem, temos que evitar estar a incorrer sempre no mesmo erro, insistindo, acusando proferindo muitas vezes algumas acusações que muitas vezes são infundadas e não têm provas legais.

Isso é apenas uma introdução. Eu como sou do Porto, naturalmente não podia ficar indiferente aos assuntos dos navios.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Do Porto, futebol?

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Não, não! Do Porto, da ENAPORT. Eu sou sportinguista.

Eu quero dizer que tenho algum conhecimento relativamente aos expedientes da entrada dos navios e que quero transmitir a minha informação, enquanto alguém que lida com questões de desembarços para a entrada de navios, de que os navios entraram oficialmente, ou seja, cumprindo todos os requisitos legais.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Quem disse que não?

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — É uma questão que alguém que já me antecedeu disse, mas nunca é demais reafirmar.

Outra questão é que estamos num país democrático e acredito que toda gente cá diz que gosta de São Tomé e Príncipe e nós gostamos porque somos filhos da terra, não nos interessa, de forma gratuita, essa é a minha opinião, estar muitas vezes a transmitir uma imagem que pode pôr em causa todo futuro colectivo. Porquê? Porque hoje somos da oposição, e estou a falar para quem proferiu isso, e amanhã também seremos poder.

Não interessa nós nos comprometermos com alguns Estados que nos são irmãos, que cooperam connosco em vários domínios. Eu não vou cá aprofundar, mais é verdade que algumas acusações podem ferir a diplomacia com alguns países. Esta é uma questão que coloco e deixo assim em aberto.

O nosso colega Cecílio, que me antecedeu, falou de catástrofes naturais. Porque sabemos que o mar tem invadido o nosso espaço, causando erosão e não só, há outras catástrofes também, já que estamos a falar de assuntos ligados ao interesse público. Eu acredito e quem vê o telejornal viu claramente que temos uma das grandes obras aqui da nossa cidade, que é o Mercado de Côco-côco, interessa-me falar disso e acredito que é de interesse público também, que pode vir a constituir uma catástrofe. Investimos algum dinheiro que foi de algum modo importante, mas há gente que está de baixo daquele mercado permanentemente e aquilo é um perigo eminente. A qualquer momento pode desabar. Não podemos tomar de ânimo leve esse alertar que os que ali ganham o seu pão anunciaram publicamente. Por isso, eu gostaria de alertar não só ao Governo, mas também à Assembleia Nacional, de forma a fazermos uma visita, porque acho que isto é que deve ser a política, para nos inteirarmos, *in loco*, do que está a acontecer naquele mercado e se calhar atribuir responsabilidade a pessoas que são ligadas a essa matéria.

Comecei sem agradecer a oportunidade que me deram, aliás ao povo de São Tomé e Príncipe, bem como os colegas Deputados, que esta Sessão seja a mais produtiva possível, porque reconheço que de facto nós, enquanto Deputados, estamos a produzir pouco, mesmo nas comissões, porque há questões de interesse nacional que muitas vezes são relegadas ao esquecimento ou ao segundo plano, e estou a falar de questões políticas, porque somos políticos. É verdade, mas vamos encontrar um espaço, é a minha opinião, para separarmos um pouco as questões políticas e tratarmos de questões que podem desenvolver São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Faço uso da palavra, Sr. Presidente, porque de facto nós atravessamos um período extremamente crítico e não vou falar sobre isso porquanto vários oradores que me antecederam já fizeram essas abordagens, quer do ponto de vista político quer económico e financeiro. A nossa Nação não está bem, mas, Sr. Presidente, se peço a palavra é porque está a acontecer coisas que devem nos deixar preocupados. O nosso colega Idalécio Quaresma, Líder do Grupo Parlamentar do ADI, havia dito que hoje o nosso colega Deputado Américo Barros veio refugiar-se na Assembleia Nacional.

Primeiro, se tivesse que se refugiar fez bem, mas ele não veio refugiar-se. Foi eleito na nossa lista e estava agendada a sua tomada de posse quando infelizmente ocorreu o vergonhoso incidente que infelizmente movimentou a primatura e infelizmente movimentou a Procuradoria-Geral da República e aconteceu hoje o inacreditável. Os mais autorizados do que eu, particularmente o Sr. Ministro da Justiça, que foi durante alguns anos o meu professor de Direito, sabe que mesmo em pleno julgamento o cidadão convocado pode faltar, tendo justificativo.

Eu fui testemunha ocular de três agentes da PIC hoje na escadaria da Assembleia Nacional, fui que falei com eles. Vinham com o propósito de convidar o Sr. Deputado Américo Barros para se deslocar à PIC.

O Sr. **Manuel Martins** (MLSTP/PSD): — Isso é um abuso!

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP): — Eu disse aos senhores da PIC que o Sr. Deputado nem tinha tomado posse e estava de facto na reunião do Grupo Parlamentar e assegurei-lhes que o Sr. Deputado Américo Barros não vem refugiar-se na Assembleia e que quando for chamado no quadro das normas legais o Sr. Deputado será presente, quer ao Ministério Público, quer nos Tribunais, se for necessário.

Mas meus senhores, a situação é preocupante porquê? Porque isso vem na sequência do já tristemente celebre acontecimento em que o Sr. Deputado Vice-Presidente do MLSTP/PSD lê um comunicado do seu partido. Ele é porta-voz do seu partido e naquele comunicado o seu partido assumiu a postura de fazer uma denúncia pública.

O que nós fizemos foi uma denúncia pública. E a obrigatoriedade ou a obrigação do Procurador-Geral da República enquanto chefe do Ministério Público é mandar instalar o inquérito para averiguar a veracidade de caso ou não.

Infelizmente, no mesmo dia, o Sr. Procurador-Geral da República foi à Televisão propor a agravação da pena, esquecendo-se provavelmente que o novo Código Penal já tipifica alguns crimes e é matéria para se

dizer hoje que o Sr. Procurador-Geral da República, provavelmente, sabe de muitas coisas, mas face a esta atitude, não obstante apenas 2 anos de licenciatura, interrogo-me se esse senhor sabe de facto de Direito.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Todos se calaram agora?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — E desta Tribuna eu quero convidá-lo, Sr. Procurador-Geral da República, se quiser fazer política, porque o que está a fazer é política, deixe as suas funções e venha para a arena política discutir política como nós o fazemos.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Porque meus senhores, está em causa muitas coisas. Está em causa a liberdade de expressão, artigo 29.º da Constituição; está em causa a liberdade de associação, artigo 35.º da Constituição, e esses dois artigos estão no capítulo dos direitos fundamentais. Isso leva-nos a passar a um outro episódio, meus senhores.

Voz do ADI: — Nós não temos nada a ver com isso.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP): — Eu sei que os senhores não têm nada a ver com isso. Ninguém aqui não tem nada a ver com isso, porque não somos nós que estamos a praticar os actos, mas temos que nos preocupar com isso.

Uma Voz: — Que actos?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP): — Que actos? Vou-lhe dizer de imediato. Os agentes da PIC estiveram cá. O Sr. Vice-Presidente do MLSTP/PSD foi convocado por telefone pelo Sr. Procurador-Geral da República, violando o Código de Processo Penal.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Ele não sabe.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Violando!

É um funcionário público, e há regras. Até hoje ele não recebeu uma comunicação, os seus responsáveis não receberam uma comunicação.

Mas meus caros, o que está em causa é que o Sr. Américo Barros, ex-director, foi demitido na sequência da posição assumida pelo seu partido. O que está em causa não é a demissão, são as motivações para a demissão do cargo.

No dia em que os senhores estiverem em desacordo também com as vossas lideranças, vocês poderão estar também nessa situação. O que é que aconteceu? O Sr. Deputado leu o comunicado e o senhor Vice-Governador do Banco Central, e falo com elementos palpáveis, porque há aquilo que no Banco Central se chama naipe, reuniu o seu conselho de administração e produziu uma norma, e sabem que essa norma, vendo-a de uma forma geral, também o abrangia, porque ele é líder político, é dirigente do ADI. A primeira norma o abrangia e quando se apercebe disso faz uma norma interpretativa da norma inicial para o excluir. E aí estamos perante uma outra coisa muito mais grave, novamente a violação da Constituição. O artigo 19.º diz que as incompatibilidades são fixadas por lei e todos aqui sabemos que a única instituição que faz leis nesta República é a Assembleia Nacional.

O Conselho de Administração do Banco Central fez uma interpretação restringindo liberdades, porque diz que quem é presidente, vice-presidente e secretário-geral de um partido não pode exercer o cargo de gestão no Banco Central.

O Sr. **Manuel Martins** (MLSTP/PSD): — Isso é desonesto. Bandido!

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Que o senhor ache bem, mas isso tem que estar prefigurado numa lei, numa norma. A nossa opinião aqui não conta, porque nós não estamos investidos de poderes para fazer leis. É isso apenas que chamo atenção aos Srs. Deputados quer do meu grupo parlamentar quer dos demais grupos parlamentares.

Isto é um atentado, meus senhores e se eu fosse o Sr. Deputado visado teria introduzido uma acção contra o Conselho de Administração do Banco Central, exigindo indemnização, porque quando leu o comunicado...

O Sr. Deputado meu amigo Roberto Lombá diz que não se pode cuspir no prato em que se come. Não é esta a situação, Sr. Deputado. Qualquer um de nós, cidadão são-tomense, tem o direito consagrado na Constituição e o que dissemos no nosso comunicado é que o Sr. Primeiro-Ministro comanda pessoalmente essa operação e chamamo-la de ultra-secreta.

A Nação tomou conhecimento disso quando? Depois da nossa denúncia? Apressadamente os Srs. directores vieram falar, e deixem-me dizer-vos, temos a gravação completa de cada um desses directores.

Tudo aquilo que disseram que poderia ajudar a esclarecer a questão não passou. O que passou é aquilo que favorecia o poder.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — É a TVS.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP): — Mas deixem-me dizer-vos, o Sr. Primeiro-Ministro não pode sentir-se ofendido por isso. Quem é o chefe da Administração afinal neste país? Vejam o artigo 108.º da Constituição! O Governo é liderado pelo Primeiro-Ministro que é chefe do executivo e da administração. O primeiro responsável da Administração Pública, neste país, é Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro. Portanto, porquê rezear quando digo que a operação é comandada por ele? E dissemos que o Sr. Primeiro-Ministro foi ao barco. Os senhores não sabem? Os senhores sabem melhor do que nós. Os senhores sabem e há documentos que atestam a visita do Sr. Primeiro-Ministro ao barco.

Voz do ADI: — Ele não pode ir?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Ninguém disse que não.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Foi ou não ao barco?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP): — Porque é que se sentem indignados por se falar uma verdade?

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Qual é a prova disso?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — A prova de que o Sr. Primeiro-Ministro esteve no barco? Esteve sim. Se não há maldade, porque é que se sentem ofendidos? Porque é que há uma acção no Tribunal? Qual é o objectivo essencial? Criou-se um facto político e quer-se perturbar, mas nós não nos sentimos perturbado por isso.

Aplausos do MLSTP/PSD.

E por último, Sr. Presidente, eu tenho estado a ouvir, e começou por Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro Dr. Patrice Trovada, já quando ganhou as eleições, fez uma coisa que, regra geral, os líderes minoritários não fazem. Disse que não fala nem com o MLSTP/PSD, nem com o PCD, enquanto esses partidos não mudarem a liderança. Eu já disse isso aqui uma vez. Que atrevimento? Que atrevimento!

Hoje vem novamente à praça pública contestar a liderança do MLSTP/PSD. Disse mais, que o MLSTP/PSD tem política de boca suja. Eu quero dizer-vos uma coisa: nós do MLSTP/PSD, e eu pessoalmente, orgulhamo-nos muito de pertencer ao MLSTP/PSD. Nós não temos boca suja, eu não tenho boca suja. O Sr. Primeiro-Ministro, muitas vezes, vem dizer que aqueles que estão lá desde miúdo, e eu estou desde 1974, com muito orgulho.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — E como o País está?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Como o País está? O País está como está e é graças a isso que o senhor está cá hoje.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O senhor é fruto da nossa educação, porque nós comandámos o País durante muitos anos e não temos vergonha de dizê-lo. Assumimos porque, quando se fala do passado, tem coisas muito boas: independência, democracia, liberdade, educação e também tem coisas más, porque toda obra humana não é perfeita.

Os Srs. Deputados do ADI sabem, por exemplo, que os 2 anos da governação do ADI também não são maravilha. Há coisas boas como há coisas más. Portanto, tudo que é obra humana, não tenhamos receio, é imperfeita. Por isso, dizia o Sr. Presidente que não se diz ao MLSTP/PSD que tem boca suja. Ao MLSTP/PSD não se pisa. Deixem-me dizer-vos que àqueles que tentam fazer isso nós fazemos uma coisa, também empurrámos, se for necessário, até ao mar.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Quem nos pisa, responderá.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Ela por ela.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — E vice-versa.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Também não temos medo.

Termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: há dias eu ouvi Sua Excelência o ex-Presidente da República de Portugal, Jorge Sampaio, fazer referência ao actual Presidente, dizendo que, se ele estivesse em Belém, chamaria os três partidos, porque a situação de Portugal é crítica.

Meus senhores, estamos a viver um período extremamente preocupante e difícil. Os senhores que estão com o poder provavelmente estão na posse de mais informações do que nós e sabem que a situação não está fácil. Então, o que é que o Primeiro-Ministro deveria estar a fazer neste momento, meus senhores? O Primeiro-Ministro neste momento deveria estar a trabalhar junto aos partidos da oposição para que o País chegasse a um grande consenso. O poder é função dos partidos políticos e um dia lá chegaremos. No primeiro ano do Orçamento do Sr. Primeiro-Ministro, eu fui o único aqui nesta Casa, nem os senhores o fizeram, que desejei sorte ao Sr. Primeiro-Ministro. E disse-lhe mais, «sabe porque é que eu desejei-lhe sorte? Porque quando regressarmos, e vamos regressar, queremos um país melhor do que aquele que o senhor herdou».

Portanto, Sr. Presidente, termino desejando a todos êxitos, mas que façamos tudo para mudar de facto não só a nossa prestação aqui, mas para contribuímos e levamos avante este país que é de todos nós.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Já vamos adiantados na hora e penso que nesta reunião de abertura a Mesa deu essa oportunidade e ultrapassou-se o tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Eu peço tranquilidade aos Srs. Deputados. O senhor pediu ponto de ordem, espere que o Presidente lhe dê a palavra. Sente-se, Sr. Deputado.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Eu não estou a interromper, Sr. Deputado.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Eu é que estou no uso da palavra.

O Sr. Deputado pediu, espere que o Presidente lhe autorize. O Sr. Presidente lhe autorizou?

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Eu não estou a fazer intervenção.

O Sr. Deputado desculpe-me, mas não sou homem de confusão. O senhor sabe muito bem que eu não gosto e não estou para isso.

Sr. Presidente, pedi a palavra porque enquanto o Sr. Deputado Alcino Pinto falava, eu pedi a palavra e tinha o direito, sim-senhor, porque como os Sr. Deputados dizem e que está no Regimento, ele evocou o meu nome e eu queria pedir, é o meu direito que estou a evocar.

O Sr. Deputado Delfim desculpe-me, mas a minha intenção não era interromper nem dizer-lhe para não falar. Eu não estou no seu jogo.

O Sr. **Presidente**: — Quer responder o quê? Responda mesmo lá.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Interpelação à Mesa.

Sr. Presidente, estamos a tentar encontrar melhor forma para encaminhar aquilo que está muito difícil.

Vossa Excelência introduziu aqui uma metodologia e nós todos aceitamo-la, devia falar um de cada grupo parlamentar. Falou um do ADI, um do MLSTP/PSD e está a falar um do PCD. Foi a metodologia proposta e aceite.

O Sr. **Presidente**: — Há uma resposta, Sr. Deputado. É só uma resposta.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente pela sua postura.

Eu quando pedi a palavra, era para responder ao Sr. Deputado Alcino Pinto e dizer-lhe simplesmente que eu, quando disse que nós não devemos sujar o prato em que nós próprios comemos, não falava directamente para o Dr. Américo Barros, mas eu fazia ver que nós aqui na Assembleia Nacional devíamos ter atenção ao trabalhar e ver que temos que criar uma forma de separar os Deputados do aparato do Estado.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não tem direito a resposta.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Deixe-me falar, Sr. José Viegas.

A minha intenção era essa. É servidor do aparato do Estado, respeite as condições que há lá dentro.

Já agora, queria dizer ao Sr. Alcino Pinto que gostei imenso quando ele disse que está nesta Casa desde mil novecentos e setenta e qualquer coisa, mas era bom também assumir que o estado da Nação

está assim, porque o ex tão grande partido de que temos tão louvor em dizer publicamente que só faz o bem governou esta terra o tempo que governou.

Muito obrigado, era só isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, já que nos conferiu a oportunidade de concluir este pequeno debate, não estávamos inscritos e nem queríamos falar, mas a última intervenção suscitou-nos a obrigação de fazer um pequeno comentário. Depois deste incidente que decorreu hoje na Casa Parlamentar, acho que Assembleia Nacional deveria tomar uma atitude.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sim senhor.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não é normal e ainda que seja um cidadão comum, não cometeu nenhum crime em flagrante delito e se fosse em flagrante delito seria detido na hora.

Há uma queixa-crime contra a pessoa, ele deve ser notificado para prestar declarações. A Lei que nós aprovamos aqui, o Código de Processo Penal, artigo 74.º número 1, dá essas prerrogativas de ser contactado ao telefone, quando se trata de informar o cidadão sobre o processo, mas não é o caso. Ele está informado. Foi público. Agora, enviar agentes da polícia judiciária para vir praticamente prender o cidadão, naturalmente porque quando vem um agente isso não é um convite agradável. Toda gente sabe que não é um convite agradável.

Nós temos que defender o cidadão, não estou a falar do Deputado, estou a falar do cidadão, porque somos representantes do povo e devemos proteger o cidadão. Isso é para ser repudiado, porque hoje aconteceu com ele e amanhã acontecerá com outros cidadãos e temos que chamar atenção para esse tipo de atitude que é uma atitude fascista.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Quero chamar atenção aqui para algumas intervenções que ouvi cá. É verdade que a gente quando transfere da oposição para o poder tem que ter outras atitudes, mas também tem que ser consequente. Vir cá dizer que quando se está na função pública não se podem falar mal do poder é uma outra atitude fascista. No passado, as mesmas pessoas que estão a ter esse tipo de atitude aqui confrontaram e criticaram de forma negativa o poder, mas não foram afastadas. Continuaram a exercer as suas funções. É uma questão de atitude democrática. Agora estamos num país que está a caminhar para uma atitude que rejeitamos há muito e muitos anos que é a ditadura. Quem fala tem que ser castigado. Quando alguém falava que um dia irá chegar ao poder, palavra do Sr. Deputado Alcino Pinto, aos murmúrios, ouvi um Deputado do Grupo Parlamentar do ADI dizer: «assaltar o poder? Isso estraga.»

O que é isto? Eu ouvi «isso estraga» O que é isto? Nós estamos num país democrático. O próprio ADI já contribuiu para sucessivas quedas de governos, tomou o poder e não lhe aconteceu nada! Porque é que hoje se isso acontecer vai estragar? Eu estou a dizer isso com provas. Eu não estou a inventar nada, já disse e não estou a mentir. Eu assisti variadíssimas vezes o ADI, enquanto partido da oposição, contribuir na queda de variadíssimos governos.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Tudo isso é passado.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Quer dizer, quando é passado está bom, não é Sr. Deputado Vice-Presidente da Assembleia? Isso é que eu digo. Onde é que está a questão de sermos consequentes nas nossas atitudes?

Daí que de tudo isso que eu ouvi e que foi dito aqui, quero apelar à população de São Tomé e Príncipe a ter uma atitude de salvar a nossa democracia, que custou muito e muito suor aos nossos filhos e a toda a população.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Agora passamos para o período da ordem do dia, dou por encerrado o período de antes da ordem do dia.

Hoje como dia especial de abertura da Sessão, ultrapassamos o tempo, mas chamo atenção porque regimentalmente isso não pode ser.

A ordem do dia tem apenas uma matéria que se refere a um pedido da Comissão Eleitoral Nacional, no sentido de prorrogar o prazo do seu funcionamento extraordinário, na sequência de uma resolução n.º 46/IX/2012, em que tínhamos autorizado que a Comissão Eleitoral Nacional entrasse em funcionamento a fim de trabalhar nos acertos dos dados do registo de recenseamento.

A Comissão vem agora, através de uma carta que está publicada no *Diário* que penso que todos têm, que é o *Diário* n.º 19, na página 168, a pedir a prorrogação até ao dia 30 de Novembro.

Esse expediente foi distribuído a diferentes grupos parlamentares e a nível da Conferência de Líderes decidimos submetê-lo, porque o prazo de funcionamento anterior já ultrapassou. Tínhamos dado um prazo até 10 de Outubro e eles justificam que precisam de mais algum tempo, até o 30 de Novembro, para acabar os trabalhos.

Há alguma opinião? Podemos dar essa prorrogação?

Portanto, há um projecto de resolução neste sentido, que é o projecto de resolução que daria satisfação ao pedido. Peço à Sra. Secretária para ler o projecto.

A Sra. **Secretária**: — Sr. Presidente, «Projecto de resolução n.º 51/IX/2012.

Prorrogação do período concedido pela resolução n.º 46/IX/2012, para funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional.

Preâmbulo.

Considerando que o prazo de 90 dias fixado pela resolução n.º46, de 13 de Julho, se manifesta insuficiente para que a Comissão Eleitoral Nacional conclua a sua missão, nos termos da referida resolução;

Havendo a extrema necessidade de prorrogação desse prazo com a vista à conclusão dos testes iniciados no dia 4 de Outubro corrente, por esta razão, é indispensável o acompanhamento pela Comissão Eleitoral Nacional;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte.

Artigo 1.º

É prorrogado, até o dia 30 de Novembro de 2012, o prazo disposto no artigo 12 da resolução n.º 46/IX/12, de 13 de Julho.

Artigo 2.º

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Feito em São Tomé, aos 16 de Outubro de 2012.

O Presidente da Assembleia Nacional, Evaristo de Carvalho.

O Sr. **Presidente**: — Algum comentário?

Passemos à aprovação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos passar à votação na especialidade.

Artigo 1.º

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passemos à votação final global do projecto de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, cumprimos a nossa agenda de trabalho de hoje e agradeço a vossa presença. Desejo aos Srs. Deputados que hoje assumiram as funções muitas felicidades e um bom trabalho.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 40 minutos.